

2014

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 6 - N. 04
Agosto de 2014
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

O Brasileiro: um tipo cordial?

Gláucio Soares

Regina Helena da Silva

Paulo Peres

Vicente Palermo

OPINIÃO

Deivison Cruz

RESENHA

Felipe Riccio



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Érica Anita Baptista - UFMG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba – UFSC

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos– PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Paulo Victor Melo - UFMG

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política – DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP:31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: marketing-politico@uol.com.br

Facebook: Grupo Opinião Pública

Twitter: @OpPublica

Jornalista Responsável

Eduarda Amorim

Equipe Técnica:

André Abreu

Hanna Simões

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e
Econômicas – IPESPE

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano VI, Número IV, Agosto 2014

SUMÁRIO

Editorial	5-6
Dossiê: O Brasileiro: um tipo cordial?	
<ul style="list-style-type: none"> • Violento, desconfiado e cordial? 	7-11
Gláucio Soares	
<ul style="list-style-type: none"> • Cordialidade e violência: dinâmicas da identidade brasileira 	12-17
Regina Helena Alves da Silva e Paula Ziviani	
<ul style="list-style-type: none"> • A cordialidade brasileira: um mito em contradição 	18-34
Paulo Peres	
<ul style="list-style-type: none"> • Eles y nosotros. Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada 	35-51
Vicente Palermo	
Opinião	
<ul style="list-style-type: none"> • Instituições e geração democrática: as jornadas de junho de 2013 	52-85
Deivison Souza Cruz e José Roberto Bonifácio	

Resenha

- **Pensadores que inventaram o Brasil** **86-98**
Felipe Riccio

Colaboradores desta edição **99-100**

EDITORIAL

O Brasileiro: um tipo cordial?

"Existe uma identidade brasileira"? Essa é uma inquietação que há tempos permeia as agendas de pesquisa dos estudos sociais no Brasil. Fala-se em um tipo cordial, cujas características foram ressaltadas no último grande evento internacional, a Copa do Mundo. Os visitantes e a imprensa trataram de um tipo "caloroso, amoroso e hospitaleiro". Mas o cidadão brasileiro difere da representação do cidadão mundial? Seria a cultura brasileira ainda marcada por características como a cordialidade? E como explicar a violência ultimamente testemunhada em fatos recentes, tais como na atuação dos chamados "neo-justiceiros"? Nesta edição de agosto, o periódico *Em Debate* abre espaço para discussões sobre essa questionada identidade brasileira e traz como tema "O Brasileiro: um tipo cordial?".

Gláucio Soares, pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP – UERJ), discute em seu artigo "Violento, desconfiado e cordial?" a oposição entre a noção do Brasil como um país cordial e a presença da violência e da insegurança no dia-a-dia do país, utilizando índices que comprovam tal realidade.

Regina Helena da Silva, coordenadora do Centro de Convergência de Novas Mídias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Paula Ziviani, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressaltam em seu artigo "Cordialidade e violência: dinâmicas da identidade brasileira" as dinâmicas relacionadas à cordialidade e à violência, elementos da memória social do Brasil, frente ao momento de complexidade criado em torno da realização de megaeventos internacionais no país.

Paulo Peres, professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), discute em seu artigo “A cordialidade brasileira: um mito em contradição” o escopo e os sentidos dados ao conceito do Homem Cordial, destacando a existência de duas concepções conflitantes e a elaboração de uma mitologia que distorce a complexidade do povo brasileiro.

Vicente Palermo, pesquisador do Programa de História Política do Instituto de Investigaciones Gino Germani da Universidad de Buenos Aires, apresenta em seu artigo “Eles y nosotros: relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada” questões relacionadas à identidade nacional dos brasileiros e dos argentinos e a percepção que brasileiros e argentinos têm uns dos outros, fazendo um panorama histórico dos dois países e de suas relações.

Na seção Opinião, Deivison Souza Cruz, professor do Centro de Estudos Universitários de Vitória (CESV), e José Roberto Bonifácio, professor da Universidade Gama Filho (UGF), em seu artigo “Instituições e geração democrática: as jornadas de junho e julho de 2013”, discutem os protestos e manifestações ocorridos em meados do ano passado sob a ótica de fatores geracionais, contextuais e institucionais, destacando mudanças sociais internas e influ que levaram à eclosão do evento

Na seção Resenha, Felipe Riccio apresenta o livro “Pensadores que inventaram o Brasil”, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que introduz a visão de diversos autores sobre o Brasil, sob aspectos sociais, culturais e políticos.

VIOLENTO, DESCONFIADO E CORDIAL?

Gláucio Ary Dillon Soares
Pesquisador do IESP/UERJ
✉ soares.glaucio@gmail.com

Resenha: *A ideia de que o Brasil é um país cordial é contrastada nesse artigo com índices que evidenciam a presença da violência e da insegurança. A compreensão dessa relação paradoxal é tecida aqui através de uma visão onde a cordialidade do brasileiro não indica uma associação entre traços exclusivamente positivos.*

Palavras-chave: *Cordialidade; Violência; Segurança*

Abstract: *The idea that Brazil is a friendly country is contrasted in this article with indexes which demonstrate the presence of violence and insecurity. The understanding of this paradoxical relationship is woven here through a vision where the warmth of the Brazilian does not indicate an association between exclusively positive traits.*

Keywords: *Cordiality; Violence; Security*

O Brasil é um país violento? Considerando os indicadores padronizados de violência, onde nos situamos? As taxas apresentadas pela data-base do Banco Mundial dão, de 2009 a 2012, 23 homicídios por cem mil habitantes. A ordenação apresentada pelo *Index Mundi* nos coloca em 32º lugar no mundo.¹ Usando essa fonte, a taxa brasileira é 68 vezes a de Cingapura, país sobre o qual também há muita ignorância, irmã xifópaga do preconceito.

No espaço das Américas a violência homicida é capitaneada por Honduras, cuja taxa superou o marco de 90. Estamos melhor do que outros países, como as Bahamas, Belize, Colômbia e Guatemala, a Venezuela e as Virgin Islands (U.S.A.) e na mesma faixa que a República Dominicana, o México e Porto Rico.² Não obstante, nossa taxa é muito mais alta do que, por exemplo, a da Argentina (6 por 100 mil), que não desfruta da imagem de uma

¹ Ver <http://www.indexmundi.com/facts/indicators/VC.IHR.PSRC.P5/rankings>. Nessa área, os rankings mundiais servem para pouco porque muitos países não dispõem de estatísticas confiáveis.

² Há pequenas ilhas, como St. Kitts e Nevis, St. Lucia e St. Vincent e as Grenadines, com taxas semelhantes à do Brasil.

população cordial.³ Nossa taxa de homicídio é *oito* vezes mais alta do que a do Chile, visto como um país mais “civilizado”, e o dobro da taxa boliviana, país que enfrenta um gigantesco preconceito étnico em muitas partes do planeta.

A violência do nosso país está evidente em outras comparações: desde 1980 até 2008 mais de três milhões de brasileiros tiveram mortes violentas. O trânsito e os homicídios foram os grandes vilões, mas os suicídios, as quedas, os afogamentos etc. também contam. As estimativas dos mortos em Hiroshima variam entre 90 mil e 166 mil e em Nagasaki entre 60 mil e 80 mil, incluindo os que morreram depois (somente a metade morreu na hora). Nossa violência, naqueles 29 anos, matou tanta gente quanto 15 bombas atômicas em Hiroshima e outras 15 em Nagasaki. Todos os soldados americanos mortos em todas as guerras (inclusive a Guerra Civil) até janeiro de 2007 somaram pouco mais de um milhão e duzentos mil, apenas 39% do total dos mortos pela violência no Brasil em 28 anos. Como ser uma população violenta e amável, gentil?

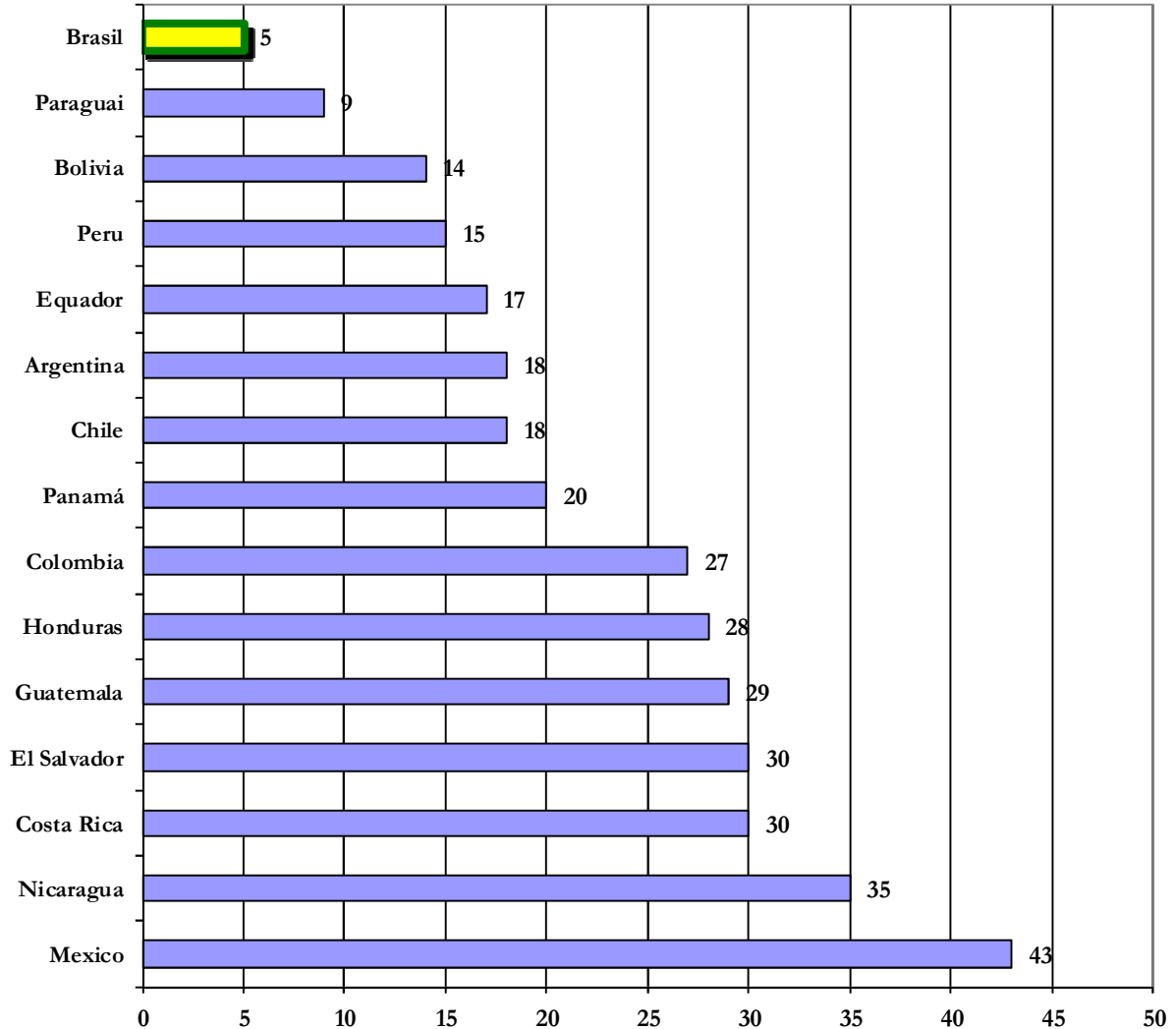
A confiança é vista como o solo fértil, ideal, para a democracia.⁴ O Brasil ocupa uma posição extrema no que concerne à confiança nas pessoas. De acordo com o Latinobarómetro, apenas 5% dos brasileiros afirmam que podemos confiar na maioria das pessoas. Entre os países estudados, essa é a percentagem mais baixa, aproximadamente a metade da percentagem referente ao segundo país “mais desconfiado”, o Paraguai. O México, com 43%, lideraria a corrida da confiança entre os países latino-americanos que foram estudados⁵.

³ Ao contrário: muitos percebem, no meu entender erroneamente, os argentinos como arrogantes, pedantes, que se sentem, de alma europeia e residência no espaço latino-americano. Uma generalização errada que não distingue entre espaços internos (portenhos e não portenhos), de classe, de situação (na Argentina e fora do país, *en touristes*).

⁴ Os dados, não obstante, colocam em dúvida essa relação. O livro “TED” de Ivan Krastev *In Mistrust We Trust: Can Democracy Survive When We Don't Trust Our Leaders?* demonstra que, em décadas recentes, a confiança nos políticos atingiu níveis baixos nos Estados Unidos e questiona sua essencialidade para a democracia.

⁵ Tenho plena consciência das deficiências do Latinobarómetro, mas esse resultado é confirmado por outros estudos e pelo próprio Latinobarómetro em outros anos: os brasileiros são um dos povos que menos confiam nos seus compatriotas.

Tabela 1 - Porcentagem que afirma que se pode confiar na maioria das pessoas. Países latino-americanos.

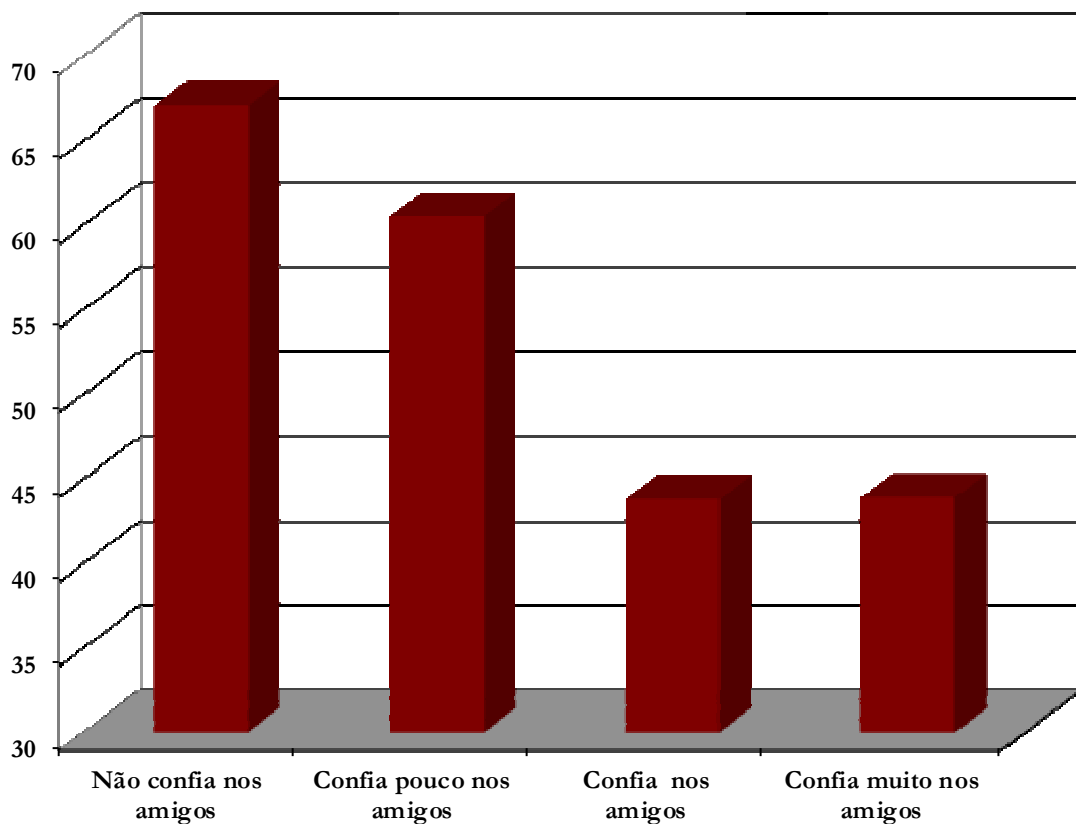


Fonte: Latinobarómetro 2010

A pergunta de interesse para a Ciência Política é se a confiança nas pessoas e nas instituições, particularmente as políticas, é indispensável para a democracia; a pergunta de interesse para este artigo é se uma população que não confia nos demais pode ser cordial e, ainda mais sério, se é possível falar em sociedade de indivíduos desconfiados. É sociedade ou um monte de gente desconectada?

A desconfiança tem seu preço. Ela se relaciona com considerar insegura até a rua e o bairro onde o desconfiado mora.⁶ A possibilidade de causalidade invertida é óbvia: não temos como saber se considera a área onde mora como insegura porque é desconfiado ou vice-versa, gerando a pergunta: uma sociedade insegura e limitada pelo medo pode ser cordial?

Tabela 2 – Porcentagem que acha que a rua onde mora é insegura por confiança nos amigos



Fonte: Autor

Nesse ponto enfrentamos uma disjuntiva. Ou aceitamos que o brasileiro não pode ser cordial porque é, comprovadamente, violento, desconfiado e só (ou, se insistirmos que é gregário, interagiria desconfiando de tudo e de todos), ou tentamos preservar a “tese” da cordialidade. Como?

⁶ O “até” se justifica: a confiança decresce espacialmente à medida em que nos afastamos de pontos de maior familiaridade, como a residência, a Igreja, o trabalho, a escola etc.

Uma via é negar a essencialidade (ou, até, a importância) da associação com outros traços positivos, como a ausência de violência e a confiança, que destaquei nesse texto. Não é preciso ser pacífico para ser cordial; não é preciso confiar para ser cordial. Essa negação, para ser crível, requer refazer o caminho que construiu essa associação e desconstruí-la. Ela não está aí por acaso, mas, pelo menos nesse país e momento, ela não existe, segundo os dados acima. Olháriamos com suspeita para todas as generalizações baseadas em cultura e personalidade, assim como para conceitos como personalidade de base etc. A cordialidade existiria em esplendoroso isolamento, de direito próprio, divorciada de outros atributos vistos como positivos.

Há alternativa. É mito. O “brasileiro cordial” é mito para inglês ver.

E um negócio da China...

Referências

- INDEXMUNDI, *Intentional homicides* realizada de 2009 a 2012, em <<http://www.indexmundi.com/facts/indicators/VC.IHR.PSRC.P5/rankings>>, acesso em 24 set. 2014.
- LATINOBARÓMETRO, *Latinobarómetro 2010*, realizado em 2010, <<http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>>, acesso em 20 set. 2014.
- KRASTEV, Ivan. *In Mistrust We Trust: Can Democracy Survive When We Don't Trust Our Leaders*. Nova York: Ted Books, 2013.

CORDIALIDADE E VIOLÊNCIA: DINÂMICAS DA IDENTIDADE BRASILEIRA

Regina Helena Alves da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
✉ regina.helena@gmail.com

Paula Ziviani
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
✉ pziviani@gmail.com

Resumo: *Este artigo procura ressaltar as dinâmicas existentes no acionamento e ressignificação de alguns dos elementos da memória social do país, tais como cordialidade e violência, no momento em que o Brasil se defronta com uma complexidade de questões que veem a reboque de sua inserção no circuito globalizado dos megaeventos.*

Palavras-chave: *“homem cordial”; violência; megaeventos*

Abstract: *The present article attempts to highlight the dynamics in the activation and reframing of elements of the social memory of Brazil, such as cordiality and violence, in a moment when the country faces complex matters that follow its insertion in the globalized circuit of mega events.*

Keywords: *“cordial man”; violence; mega events*

O predicado de que o brasileiro é um homem cordial é algo praticamente incontestável, por assim dizer, para o imaginário da maioria dos que no país residem e até mesmo para os “de fora”. Nas qualidades que volta e meia são ressaltadas pelos estrangeiros que visitam o Brasil estão presentes aspectos como generosidade, simpatia, hospitalidade e, claro, cordialidade. A cordialidade seria algo compreendido na própria essência dos brasileiros, algo constitutivo da nossa identidade brasileira e presente na memória coletiva do país. Diante disso, e no país dos paradoxos, contradições e antagonismos, como explicar que o brasileiro é ao mesmo tempo cordial e violento, tendo

em vista a impetuosidade dos protestos que tomaram o país desde junho de 2013?

Um dos argumentos centrais do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda é de que o brasileiro é o “homem cordial”. A abordagem teórico-metodológica do autor privilegia o método dialético de inspiração hegeliana, uma vez que o seu pensamento funda-se no princípio dos opostos, no jogo dos contrários. Interessante destacar que suas análises voltadas para a compreensão do que é o Brasil e, por consequência, o brasileiro não fazem uso da escolha de apenas um dos lados dos opostos. Ao contrário, é na dinâmica de um com o outro, na sua relação dialética, que o autor vai dando forma ao seu raciocínio, nos contando o que constitui o brasileiro e por que ele é constituído dessa forma.

Antonio Cândido, no prefácio do livro (1995, p. 13), é quem nos chama a atenção para o movimento, para a relação dicotômica que Buarque de Holanda estabelece na dinâmica entre “trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo – (...) pares que o autor destaca no modo-de-ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros”.

Ao tratar do aventureiro e do trabalhador, o próprio Buarque de Holanda afirma que

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem

importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades. (HOLANDA, 1995, p. 44)

Nesse aspecto, é inspirado no método do próprio dono¹ do conceito “homem cordial” que este artigo procura ressaltar as dinâmicas existentes no acionamento e ressignificação de alguns dos elementos da memória social do país, tais como cordialidade e violência. O contexto de análise é o momento atual, em que o Brasil se defronta com uma complexidade de questões que vêm a reboque quando ele se insere de vez no circuito das competições esportivas de alcance internacional e dos megaeventos.

A preparação do país como palco de realização de megaeventos se dá num campo de disputa simbólica voltado para a demarcação de uma identidade brasileira. Nesse tocante, cabe indagar: quais são os significados simbólicos atribuídos à contraposição cordialidade *versus* violência? Qual o sentido dado à “mentalidade cordial” nos dias de hoje? Como e por que este elemento é acionado agora?

Ao contrário do que se pensa no senso comum, o “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda não faz referência necessariamente às qualidades positivas e virtudes que nos são particulares. O próprio autor chega a afirmar que “a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade (...) representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” (HOLANDA, 1995, p. 146). Não obstante, logo em seguida ele ressalta que isso não quer dizer que o termo garante conotação positiva à população do Brasil no sentido de polidez, bondade e civilidade.

Ao longo de toda a obra *Raízes do Brasil*, o autor indica traços importantes sobre a constituição da sociedade brasileira, fundada em especial na família de tipo patriarcal, uma organização essencialmente privada,

¹ É sabido que a expressão “homem cordial” é, originalmente, do escritor Ruy Ribeiro Couto, quem afirmou que a contribuição brasileira para a civilização seria a cordialidade (HOLANDA, 1995, p. 146 e 204). Contudo, foi Sérgio Buarque de Holanda a quem o conceito ficou ligado, uma vez que é obra do historiador o desenvolvimento de uma teoria do “homem cordial” com explicações históricas e sociológicas sobre os traços do caráter brasileiro.

doméstica, familiar. O argumento construído no livro aponta para uma soberania da vida doméstica, em que o “quadro familiar torna-se, assim tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. (...) uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82). E é com base nesses alicerces que a teoria do “homem cordial” se edifica. Habitados aos laços de sangue e afeto, características inerentes à ordem familiar e ao ambiente doméstico, o brasileiro vive uma “crise de adaptação” (idem, p. 144) ao mecanismo social, onde há um predomínio das vontades particulares e das relações pessoais, da emoção e não da razão, da intimidade ao invés da disciplina e da lei geral.

A polêmica² criada em torno da noção de cordialidade à época do lançamento da obra, deu margem à dupla interpretação do termo. A depender dos propósitos, o “homem cordial” é acionado para ressaltar a bondade do povo brasileiro. Quando o país desigual se mostra em ações violentas intra-comunidade, o homem-cordial aparece como o local que não aceita as imposições que vêm de fora e devem ser rechaçadas porque rompem com os laços locais pretensamente formadores de nossa identidade historicamente brasileira. Referimos-nos às manifestações e ao processo de identificação dos atos tidos como violentos como sendo ações provenientes de um grupo específico, no caso os Black Blocs. Tal processo relaciona e identifica a violência com ações e formas de organização “estrangeiras”, como “influência” externa, algo de fora, que não é imanente à sociedade brasileira. Nesse caso, a violência é destacada como algo externo, vindo de fora para tumultuar, amotinar, subverter.

Assim, quando a diferença sai às ruas, como aconteceu no Brasil de formas múltiplas como vimos nesses tempos de Copa das Confederações e Copa do Mundo, ela tensiona o jogo das identidades que conformam em alguns momentos uma identidade una. Os megaeventos operam no reforço e

² Refere-se à interpretação equivocada do escritor Cassiano Ricardo à palavra “cordial”, que no seu entendimento estaria relacionada à bondade ou “homem bom”.

na renovação da coesão social, do sentimento coletivo e da identidade singular. Contudo, tivemos no Brasil, nas inúmeras manifestações relacionadas à Copa, uma espécie de ruptura na constituição publicitária de um megaevento onde se pressupõe que determinados valores sejam compartilhados por todos os membros de uma nação. A constituição dessa imagem para dentro do país “finge” que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugere que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade do evento e do legado que ele pode trazer. Como a apropriação dos sentidos que são acionados nestes eventos é diferente e desigual para cada grupo, o estímulo a um consenso e a um sentimento de identidade coletiva não consegue produzir um único e homogêneo “homem cordial”.

O homem cordial é a interação dinâmica e dialética proposta por Sérgio Buarque. Esse homem imerso na nova condição de ator inserido em uma identidade - marca criada para a consolidação de uma imagem adequada a um mercado onde diversos agentes compõem o novo jogo econômico ligado ao fortalecimento da marca e inserção do país, ou de uma cidade, em novas redes globais. No caso brasileiro fomos convidados a celebrar internamente uma nova fase econômica e social da história do Brasil: a ascensão do país ao posto de moderna economia mundial. Nesse sentido, as ações em torno da Copa se formam no sentido de promover externamente uma imagem de competência, capacidade e novo ambiente que possibilita investimentos vindos de outros países.

A adaptação a essa nova situação econômica se dá com a formação de redes de cidades especializadas principalmente na produção de bens intangíveis como a tecnologia, o setor financeiro, lazer e turismo, cultura, etc.. O estímulo ao consenso e a uma identidade coletiva tensiona as novas percepções da desigualdade social e rompe os esforços para a constituição da identidade coletiva. Essa pretensa identidade coletiva constituída a partir da construção de linguagens e da consolidação de sentimentos de pertença

deveria identificar uma comunidade e promover o diálogo com outras. Mas estas relações se passam em um território que não existe e que cada vez mais é exposto pelas atuais políticas sociais e econômicas do governo que impactam a imensa desigualdade social brasileira.

A construção social brasileira passa pela tentativa de consensos como a democracia racial e do homem cordial, mas passam por sentidos historicamente construídos para cada um desses. Se somos bons, hospitaleiros e festivos também somos violentos, no sentido da dinâmica proposta pelo método de Sérgio Buarque, uma vez que todos – o bom, o hospitaleiro, o festivo e o violento – “participam de múltiplas combinações”. Portanto, sim, somos “homens cordiais”, mas isso não quer dizer que somos cordatos, como diria Sérgio Buarque, não somos constituídos de oposições absolutas. Quando acionaram o festivo-hospitaleiro para se contrapor ao violento apenas trouxeram à cena do evento “um povo brasileiro”. No entanto, o que as manifestações disseram a todos é que a nossa identidade é múltipla, tensa, agonística, um território sempre em disputa.

Referência

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

A CORDIALIDADE BRASILEIRA: UM MITO EM CONTRADIÇÃO

Paulo Peres

*Pesquisador do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
UFRGS*

✉ peres.ps@gmail.com

Resumo: Neste texto discuto o escopo e os sentidos dados ao conceito de Homem Cordial, com a finalidade de destacar que há duas concepções em conflito atualmente acerca da cordialidade brasileira. De um lado, a visão não-acadêmica percebe a cordialidade como a expressão apenas de sentimentos afáveis e, como tal, consistindo numa característica positiva do povo brasileiro. De outro lado, a visão acadêmica concebe a cordialidade como a expressão de sentimentos tanto afáveis como agressivos, sendo ambos negativos para o desenvolvimento político brasileiro, uma vez que resultam na indistinção entre espaços/ bens públicos e privados. Em qualquer um dos casos, como procuro concluir, temos a elaboração de uma mitologia que distorce nossa complexidade, sugerindo que seria possível identificar um “tipo brasileiro” homogêneo e que temos um conjunto de excepcionalidades que fazem com que somente aqui existam determinados fenômenos considerados tradicionais ou subdesenvolvidos.

Palavras-chave: Homem Cordial; Cordialidade Brasileira; Desenvolvimento Político; Modernização; Cultura Política

Abstract: In this paper I discuss the scope and meanings given to the concept of “cordial man”, in order to highlight that there are currently two conceptions conflicted about Brazilian cordiality. On one hand, the non-academic vision perceives cordiality as the only expression of affable feelings and, as such, consisting of a positive feature of the Brazilian people. On the other hand, the academic view conceives of cordiality as the expression of both affable and aggressive feelings, both being negative for the Brazilian political development as it results in lack of distinction between spaces/public and private property. In either case, as I try to conclude we have the development of a mythology that distorts our complexity, suggesting that it would be possible to identify a “Brazilian type” and that we have an homogeneous set of exceptionalities which only here certain phenomena considered traditional or underdeveloped exist.

Keywords: Cordial Man; Brazilian Cordiality; Political Development; Modernization; Political Culture

A realização da “Copa das Copas” neste ano reavivou um tema recorrente nas Ciências Sociais do país: a assim chamada cordialidade brasileira. Os números parecem corroborar essa impressão mais ou menos

difusa propagada pelos meios de comunicação – segundo um levantamento realizado pelo Ministério do Turismo, já ao final do campeonato, 83% dos estrangeiros que vieram para assistir aos jogos, dentro e fora dos estádios, afirmaram que a experiência correspondeu ou até mesmo superou suas expectativas; e proporção ainda maior, 95%, disse ter a intenção de retornar ao país. Mais do que isso, de acordo com outro levantamento, realizado pelo Datafolha, 69% dos estrangeiros entrevistados declararam que morariam no Brasil. Além das boas avaliações em relação à segurança, mobilidade urbana, modernidade, ao conforto dos estádios e à operação dos aeroportos, um fator que, sem dúvida, exerceu peso importante e, provavelmente, o mais relevante nessa percepção positiva [83% aprovaram a organização do evento] foi a acolhida que os brasileiros proporcionaram aos visitantes. Os dados sobre isso são eloquentes – a mesma pesquisa do Datafolha apurou que 95% dos estrangeiros consideraram a hospitalidade brasileira ótima ou boa. 95%! Quase uma unanimidade!

Será que, como Sérgio Buarque de Holanda já havia observado há décadas, “(...) a contribuição brasileira para a civilização [é] a cordialidade”? Será que realmente “a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam”, como agora na Copa, “representam um traço definido do caráter brasileiro” e, portanto, “permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal [do período pré-republicano]”?¹ A julgar pelas pesquisas, a percepção dos brasileiros como um povo extremamente hospitaleiro pelos estrangeiros é algo indisputável. Entretanto, poderíamos inferir desses dados que essa “açucarada” hospitalidade é um elemento indelével de nossa “cultura”? Poderíamos inferir que esse traço seria a parte mais visível de algo mais profundo,

¹ Trechos extraídos da p. 160 de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

ubíquo e atávico do “caráter brasileiro”, a cordialidade? Em outras palavras, poderíamos concluir que “o brasileiro” é um “tipo cordial”?

Antes de qualquer resposta para tais indagações, é imperioso que tentemos responder uma pergunta primordial: afinal, o que significa ser cordial?

A questão da cordialidade brasileira não surgiu por “geração espontânea” e tampouco das preocupações comezinhas do cotidiano popular. Sua emergência deu-se no ambiente acadêmico dos anos 1920-1950, como um dos subprodutos das reflexões acerca da excepcionalidade da cultura latino-americana. Romancistas, poetas, artistas plásticos, ensaístas, historiadores, filósofos, sociólogos, enfim, intelectuais de diversos naipes, brasileiros e estrangeiros, envolveram-se com o enigma das decorrências culturais da transplantação da civilização europeia para um vasto território tropical, selvagem e inóspito. Desprovidos dos apetrechos burocráticos, logísticos e institucionais de qualquer coisa que minimamente se assemelhasse ao Estado, tornaram-se os exploradores visceralmente dependentes da família, alçada, assim, ao status de principal núcleo social, econômico e político dessa empreitada. Somava-se a isso um elemento antropológico crucial, qual seja, nesse ambiente processou-se intensa miscigenação dos europeus “aventureiros” com povos autóctones, os indígenas, e alóctones, os africanos.

A motivação comum desse debate intelectual era a identificação dos possíveis obstáculos ou vantagens dessa cultura *sui generis* para a modernização dessa região ainda estruturalmente tradicional. No Brasil, suspeitava-se de que o padrão de sociabilidade estabelecido pela sociedade tradicional nos períodos colonial e imperial ter-se-ia cristalizado de tal modo nas representações coletivas e nos modos de ser e agir que mesmo a industrialização e a urbanização que se delineavam desde os anos 1920 e, principalmente, a partir dos anos 1930, talvez não produzissem tão rápida e

drasticamente a passagem da cultura tradicional peculiar que se formou no país para a tão almejada cultura moderna, aquela assentada sobre o individualismo abstrato e universal, considerada indispensável para o desenvolvimento socioeconômico e político – entenda-se por isto a constituição de uma sociedade capitalista e democrática-liberal.

No âmbito dessas preocupações, a cordialidade foi percebida como um resquício da sociedade rural patriarcal, como um modo de sociabilidade essencialmente personalista, afetiva e de intenso contato físico. A cordialidade, desse modo, daria o amálgama às correlatas excepcionalidades latino-americanas e, principalmente, brasileiras, tais como o personalismo, o familismo, o patrimonialismo, o nepotismo e o clientelismo – todos considerados vícios extremamente nocivos à vida pública.

Diante dessa concepção geral, podemos dizer que os debates se desenvolveram de modo a agrupar os pensadores em grupos que divergiram quanto ao escopo e ao sentido do conceito. Quanto ao escopo, houve quem entendesse a cordialidade de forma mais restrita, contemplando-a como a expressão de sentimentos puros positivos, altruístas e, portanto, sociáveis. Por outro lado, houve quem percebesse a cordialidade como a expressão de uma gama mais ampla de sentimentos, manifestos numa dualidade que conteria sentimentos tanto positivos como negativos – egoístas, agressivos e, por vezes, antissociais. Quanto ao sentido, encontramos, por um lado, pensadores que interpretam a cordialidade como uma forma de sociabilidade que criaria obstáculos à modernidade e, por outro, pensadores que a veem como um aspecto favorável de nossa cultura para a construção de uma sociedade moderna sem os vícios da civilização europeia, e, portanto, com maior coesão.

De modo mais ou menos generalizado, o sentido que prevaleceu no debate público travado fora da academia, inclusive o atual, é o que concebe a cordialidade como a expressão apenas de sentimentos positivos, quase

sempre identificados com hospitalidade e ânimo festivo. Até os dicionários consagraram esse significado restrito do termo – no Houaiss, por exemplo, cordial é um adjetivo de dois gêneros cujas acepções remetem à demonstração de afabilidade, de boa vontade para com os outros, de sinceridade, de caloroso contato físico e facilidade para a convergência com pontos de vista alheios. A pessoa cordial está sempre de acordo com todos e com tudo, evita a polêmica, o confronto; contorna as situações de tensão fazendo apelo à aproximação amistosa, quando não a sentimentos quase amorosos² e, por vezes, a subserviência. Essa pessoa então é movida por explícitos sentimentos bons e de conagração, inclusive, e talvez até especialmente, com desconhecidos. A amabilidade orienta suas ações e, justamente por isso, o antônimo de cordial é malvado.

Aliás, este foi o sentido atribuído ao termo pelo primeiro intelectual a recorrer à cordialidade para descrever o “caráter brasileiro”, o escritor e poeta santista Ribeiro Couto. Em uma carta endereçada a Alfonso Reyes, embaixador mexicano no Brasil, em março de 1931, Couto pincelou os contornos gerais do que acreditava ser o elemento definidor do caráter latino-americano.³ Chamando a atenção para a miscigenação, afirmava que “é da fusão do Homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas, que deve sair o ‘sentido americano’, latino, a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem – o Homem cordial”. Aos seus olhos, a junção do egoísmo europeu com a ingenuidade generosa das mulheres primitivas, num vasto território selvagem, semeou aquilo que, ao seu tempo, finalmente brotou: a ‘Família dos Homens Cordiais’. Para ele, somos então “(...)

² Curiosamente, é possível fazer aqui uma analogia com o trabalho do etologista dinamarquês, Frans de Waal, especializado no estudo do comportamento dos Bonobo, uma espécie do gênero Pan, a dos chimpanzês, cuja sociabilidade e forma de resolução de conflitos é essencialmente erótica. O contato físico caloroso e até a submissão dócil evitam as tensões da vida coletiva e promovem intensa solidariedade no grupo, conforme descrito pelo pesquisador no seu livro *Our Inner Ape* (2005), New York, Riverhead Books. Neste livro, o autor traça os paralelos entre os Bonobo, os chimpanzês comuns, mais agressivos, e os seres humanos.

³ Uma cópia dessa carta está guardada no acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, mais precisamente nos Arquivos Pessoas de Autores Brasileiros, no setor dedicado a Ribeiro Couto. Os trechos aqui citados são dessa carta.

oriundos da aventura peninsular ibérica em terras americanas (...)); e tal aventura foi “alimentada pela rede nupcial de índias bravias e pela sensualidade dócil de negras fáceis (...).”

Bem ao espírito de sua época, Couto reforçava o estereótipo que daria suporte ao mito da brasilidade que se começava a construir desde os anos 1920. Um tanto ambíguo em relação à dicotomia raça/cultura, Couto parece tentado a conjugar as duas coisas em sua breve digressão sobre a cordialidade latino-americana. Sugere que a compreensão do que se formava na América exigia a análise dos efeitos da mistura das culturas e, ao que parece aludir, das “raças”. De certo modo, antecipa a ênfase que Gilberto Freyre daria ao aspecto erótico de nossa formação, em *Casa-Grande e Senzala*, mas não radicalizaria tanto quanto Freyre na crítica às explicações racistas da formação do assim chamado “tipo brasileiro”. Ao seu modo, Couto contribuiria para a sedimentação de uma visão machista, no âmbito do escravagismo e da dominação colonizadora, que concebe em seu imaginário a representação das mulheres africanas como seres voluptuosos em constante estado de excitação, sempre prontos para satisfazer os desejos de seus senhores. A violência da escravidão e das relações de gênero sequer são cogitadas na carta do poeta quando evoca a “sensualidade dócil de negras fáceis” – a única violência sugerida não emana daquele que subjuga, mas dos grupos subjugados, no caso, as “índias bravias”.

Por outro lado, Couto chamava a atenção para dois elementos que se mostrariam centrais nas obras clássicas de Freyre e Holanda: o patriarcalismo como “forma de governo” no mundo rural e a afetividade como “traço de caráter” dos brasileiros em decorrência da sociabilidade estabelecida prioritariamente na esfera privada da família – onde não apenas o poder político de fato era exercido, de maneira ilimitada e com mão-de-ferro, mas também onde as etnias se misturaram, produzindo o suposto Homem Cordial. Para Couto, no entanto, essa nova “espécie” cultural era

altamente positiva, uma vez que considerava ser nossa “civilização cordial [uma] contribuição da América para o mundo”. Em sua perspectiva, somos menos desconfiados, calculistas e arredios do que os europeus; somos amistosos, amorosos, generosos, calorosos; somos seres guiados prioritariamente pelo coração, essencialmente sociáveis. Somos o melhor produto da mistura de europeus com “bons selvagens”.

Em sua obra de 1936, *Raízes do Brasil*, Holanda parece seguir bem de perto alguns elementos desse esboço geral de Couto como plano de estudo,⁴ inclusive a pressuposição de que os latino-americanos e, em especial, os brasileiros seriam tipos humanos cordiais. Não obstante, Holanda promoveria duas rupturas importantes; a primeira em relação ao escopo, que seria ampliado, e a segunda em relação ao significado do conceito, entendido agora como indicador de uma situação negativa – esse corte semântico e axiológico levaria à concepção de cordialidade que acabaria prevalecendo no debate acadêmico. Quanto ao escopo, Holanda observa que “seria engano supor que essas virtudes [do Homem Cordial] possam significar ‘boas maneiras’, civilidade”, pois do coração não brotam apenas sentimentos nobres e afetivos. Em outras palavras, o Homem Cordial, precisamente por ser movido pelo “coração”, está sujeito às emoções mais extremadas e de maneira impulsiva, irrefletida – e tais emoções podem ser tanto o doce gesto do afago como a amarga manifestação de fúria e rancor. A cordialidade manifestar-se-ia igualmente na hospitalidade demasiada calorosa em relação àquele que, por alguma razão, agrada-me e no ato de cruel violência contra quem, por qualquer motivo, desagrade-me. Não há aqui meio termo, ponderações racionais, respeito a regras formais de convivência, mas apenas uma emotividade bruta e irrefreável. Tudo depende das circunstâncias, da proximidade e do “estado de ânimo” do sujeito cordial. Por isso, ele é

⁴ Especialmente os capítulos 3 e 5. Como se sabe, Holanda era admirador da poesia de Couto.

imprevisível. Intempestivo, pode ferir com a mesma mão que há pouco acariciou.

De certa forma, notamos isso nas entrelinhas da grande obra de Freyre, publicada um pouco antes, em 1933, quando ele descreve as relações sádicas e masoquistas forçosamente estabelecidas entre a “Casa-Grande” e a “Senzala”, cujo palco quase sempre é o espaço privado e despótico da Casa-Grande. Nele, a escrava é simultaneamente o objeto de desejo e de ódio, de amizade e de exploração, assim como de intensa intimidade que, concretamente, mascara o distanciamento estrutural e inamovível entre os atores envolvidos nessa contraditória dinâmica social. Os agregados do senhor gozam de sua proteção, desde que lhe prestem fidelidade incondicional, que subjuguem-se prontamente; mas se por acaso desviarem-se um centímetro do comportamento que deles se espera, poderão sentir, instantaneamente, o peso da ira avassaladora do patriarca. A esposa do senhor também sofre com sua ausência, sua rispidez, sua agressividade e até com o tédio de sua condição, e por isso busca algum consolo no colo e no cafuné de sua mucama. Mas essa intimidade física não impedirá que, por ciúme ou qualquer outra desavença mais grave, a senhora, em solto desatino, mande açoitar a mucama ou até ordenar que lhe arranquem os dentes.

De forma semelhante, e certamente menos vívida e lírica, Holanda também procura mostrar que a cordialidade envolve não apenas as manifestações de afabilidade, mas também de agressividade. O cordial não pensa antes de agir, apenas age; e age conforme “bombeia seu coração”, ao ritmo da dualidade fúria/benevolência. Assim, em consequência da ampliação do escopo do significado do conceito de cordialidade, Holanda promove uma segunda ruptura, agora axiológica, pois concebe-a como a resultante de uma forma de sociabilidade refratária aos valores e comportamento modernos – o sujeito cordial quebra protocolos, é avesso à formalidade, ao convencionalismo, ao cerimonial, às distâncias, às leis de

aplicação geral. Com isso, até naquilo que Couto via conotações positivas, Holanda verá implicações negativas, já que a afetividade será percebida como um dos obstáculos à modernização e ao desenvolvimento político do Brasil. Holanda, não obstante, é otimista, pois supunha que o avanço da industrialização talvez dissolvesse a base estrutural do tipo de sociabilidade que produzia o Homem Cordial – a sociedade rural patriarcal – e, desse modo, pudesse favorecer a suplantação do personalismo e do familismo em favor da cultura centrada no universalismo do indivíduo e na generalidade dos direitos do cidadão.

Em resumo, a reflexão de Holanda sobre o Homem Cordial atribui-lhe um escopo mais amplo e um significado negativo. É como se Holanda estivesse nos dizendo que, no Brasil, ocorreu a inusitada junção do “estado de natureza” com a sociedade civil, numa simbiose contraditória. A sociedade civil, com regras rígidas de aplicação universal, ficou apenas parcialmente constituída porque teríamos ficado presos à segunda etapa do desenvolvimento social que vai do “estado de natureza”, onde predomina o particularismo, ao Estado moderno, onde prevalece o universalismo. Essa etapa intermediária seria a do predomínio da família, sempre despótica e personalista. Não é à toa que o ensaísta inicia seu capítulo sobre o Homem Cordial com uma ligeira digressão sobre Antígona e Creonte, destacando, já no primeiro parágrafo, que “o Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo”. Portanto, continua, “não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição”.

Rejeitando o naturalismo aristotélico, que pressupunha uma linha de continuidade progressiva entre a família nuclear, o clã, a vila e a pólis, Holanda vincula-se ao convencionalismo dos contratualistas, para os quais o Estado consistia numa ruptura com a natureza por meio dos pactos de

associação e de submissão a uma soberania exterior e superior às pessoais e à família. Mas, “no Brasil,” segue o autor, “onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera da influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”.⁵ Nomeadamente, os efeitos de tal desequilíbrio manifestar-se-iam na persistente indistinção dos espaços públicos e privados. Afinal, “onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – e principalmente onde predomina a família do tipo patriarcal – tende a ser precária a luta contra fortes restrições à formação e evolução da sociedade”.

Oswald de Andrade seguiria caminho ligeiramente diferente do seguido por Sérgio Buarque de Holanda. Ao invés de se vincular ao contratualismo hobbesiano, que vislumbra de forma negativa a “natureza humana”, cujos sentimentos e motivações espontâneos seriam passionais, o poeta modernista prefere esposar o contratualismo rousseauiano, que concebe o “estado de natureza” um “paraíso perdido” depois do pecado original da instituição da propriedade e, com ela, a sociedade civil. Dessa forma, embora adira ao escopo ampliado do termo, como o fizera Holanda, acaba por destacar seus efeitos positivos na cultura do país. Oswald de Andrade via o Homem cordial como um Homem ainda primitivo, e, justamente por isso, vislumbrou-o com um olhar mais favorável e otimista.⁶ Para ele, seguindo alguns estudos antropológicos,⁷ a cordialidade era um

⁵ Idem, pp. 153,156, 159.

⁶ Oswald de Andrade tratou de forma direta do problema do Homem Cordial num pequeno texto apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia, realizado em São Paulo, em 1959, intitulado “Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial”. Este texto foi incluído na coleção *Obras Completas de Oswald de Andrade: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*, da editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

⁷ Principalmente os de Robert Briffault, com destaque para sua obra clássica *The Mothers: A Study of the Origins of Sentiments and Institutions*, publicada em três volumes, em 1927. Nela o antropólogo social europeu estabeleceu o que veio ser conhecido como “a lei de Briffault”, sobre a primazia da fêmea na determinação das condições de formação da família animal.

traço das culturas dos povos indígenas e, como tal, cumpria o propósito de garantir a solidariedade do clã totêmico. É verdade que também ali a cordialidade consistia nessa díade de sentimentos afáveis/agressivos, resultando, algumas vezes, em dupla moralidade com importante função evolutiva. O amor aos próximos garantia a coesão; enquanto isso, a agressividade para com os outros mais distantes garantia a defesa e a preservação do grupo.⁸ A racionalização crescente das sociedades civilizadas, por sua vez, poderia, obviamente, levar à observância das regras de aplicação geral, mas, uma vez que é centrada excessivamente no indivíduo, poderia promover o esgarçamento da solidariedade à medida que fizesse nascer o egoísmo, normalmente baseado na separação entre os interesses materiais e psicológicos de pessoas singulares e os de seu grupo social.

O escritor dá a entender, assim, que a cordialidade do primitivo é uma eficiente estratégia de sobrevivência da comunidade, uma vez que reforça os laços da família, do clã e da comunidade mais ampla. Consequentemente, a cordialidade não consistiria no predomínio da animalidade dos sentimentos puros em detrimento da razão, mas sim numa racionalidade própria, contextualizada e evolutiva. Em tais sociedades, não faz sentido falar em espaço público, uma vez que sequer faz sentido falar em espaço privado, na acepção que o mundo civilizado lhe atribuiu. Em 1928, quando redigiu seu Manifesto Antropofágico, Oswald de Andrade já dava claras demonstrações de simpatia por esse “estado de natureza” rousseaniano, especialmente ao ressaltar que “antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade”. Numa tentativa de prolongamento dessa ideia até o campo psicológico, recorreu à teoria freudiana, fazendo menção repetidas vezes à obra *Totem e Tabu*, com a finalidade de expressar sua visão crítica em relação ao patriarcalismo,

⁸ Curiosamente, esse é o argumento central das explicações evolucionárias da Biologia atual para o surgimento da moral, conforme difundido pelas obras de Richard Dawkins, especialmente em *The Selfish Gene*.

segundo a qual este era o responsável pelo tabu do incesto e, por extensão, pela propriedade privada, pela divisão da sociedade em classes e, pior, pela repressão dos desejos mais básicos dos seres humanos. O poeta se insurgia ali contra o patriarcalismo capitalista repressor, contra a moral cristã, castradora e responsável pelas neuroses; contra o Superego europeu, portanto. Em sua substituição, propunha a liberação dos instintos, associados aos sentimentos inocentes e sociáveis.

De maneira muito instigante, ao propor a “transfiguração do tabu em totem” e deleitar-se com a constatação de que “nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós”, Oswald de Andrade vê um naco de esperança para a civilização brasileira em seu projeto antropofágico. Para ele, os que aqui vieram para colonizar são uma “civilização que estamos comendo, porque somos fortes e vingativos como o jabuti”. Por isso, “nunca fomos catequizados”. Essa resistência à cultura repressora – o superego rígido europeu – não pela negação completa, mas por meio de sua deglutição talvez pudesse, ao fim e ao cabo, levar-nos ao idealizado “matriarcado de Pindorama – um matriarcado socialista utópico.”⁹ Na verdade, conforme observado por Antônio Cândido,¹⁰ uma espécie de anarquismo, onde os desejos e sentimentos livres dariam a tônica da sociabilidade. Curiosamente, apesar de se apropriar de conceitos e da análise freudiana a respeito dos princípios do prazer e de realidade, Oswald de Andrade contempla uma “solução” que os distancia, uma vez que Freud jamais cogitaria uma sociedade que desse livre vazão às pulsões. Oswald de Andrade aproxima-se, nesse caso, tanto da psicanálise anarquista de Otto Gros como do socialismo erótico fantasioso de Charles Fourier.

⁹ Também aqui o poeta parece seguir a teoria de Briffault, que dá a entender que a sociedade civil começou a ser instituída com a propriedade privada, não das coisas, mas das mulheres. No “estado de natureza”, as sociedades eram matriarcais e próximas do comunismo; na sociedade civil, os homens adquirem a propriedade das mulheres e surgem os grupos patriarcais. A propriedade das coisas seriam uma decorrência da propriedade dos seres. A discussão freudiana acerca do tabu do incesto parte desse ambiente de propriedade exclusiva das mulheres pelo patriarca, o que teria levado à rebelião e ao parricídio. Não por menos, Freud seria um autor bastante citado por Oswald de Andrade.

¹⁰ *Vários Escritos*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.

De qualquer modo, a antropofagia seria mais do que um projeto de radical mudança do ambiente cultural; seria uma psicoterapia coletiva para uma inversão na postura dos brasileiros diante do mundo. Nas palavras de Antônio Cândido,¹¹ tratar-se-ia do “desrecalque localista [e da] assimilação da vanguarda europeia”. Assim, “o que se dá”, conclui Oswald de Andrade no seu manifesto, “não é uma sublimação do instinto sexual. É a escala termométrica do instinto antropofágico. De carnal, ele se torna eletivo e cria a amizade. Afetivo, o amor”. Essa catarse antropofágica consistira acima de tudo na aceitação de nossas “raízes” primitivas, mais próximas da “natureza” e, assim, dos desejos puros; “raízes” que significavam antes de qualquer coisa que somos o produto de uma diversidade cultural rica e criativa, o resultado da miscigenação, em si uma forma de “antropofagia”.

Com efeito, no âmbito do movimento modernismo, “as nossas deficiências, supostas ou reais, são reinterpretadas como superioridades”.¹² O modernismo tinha como pretensão a superação do sentimento de inferioridade diante do Europeu, que se manifestava nas tentativas de cópias exatas de suas formas artísticas, sociais e até políticas – um tema explorado à exaustão até por um teórico conservador e autoritário como por Oliveira Vianna, extremamente crítico em relação ao desenho constitucional da Primeira República, considerado por ele como um modelo idealista. O modernismo e, dentro dele, a antropofagia, significava a afirmação da originalidade e do primado do afeto, numa postura que, apesar de localista, também era cosmopolita, na medida em que assimilava, em síntese, o outro. “O nosso modernismo”, observa Cândido, “importa essencialmente (...) na libertação de uma série de recalques históricos, sociais, étnicos (...)”. Com isso, “(...) a aceitação – pode-se dizer até redenção – destas componentes recalcadas da nacionalidade (...) [faz com que] o primitivismo [seja] agora

¹¹ *Literatura e Sociedade*, Publifolha, São Paulo, p. 110.

¹² *Idem*, p. 112.

fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura”.¹³ De tal ponto de vista, a cordialidade brasileira poderia ser a garantia da solidariedade necessária à vida coletiva no contexto do individualismo moderno. Seria uma possível resistência à sociedade excessivamente burocratizada e racionalizada da modernidade europeia, sem sentimentos e conexões de sentido, conforme Max Weber previra com acentuado pessimismo.

Mário de Andrade também alinhou-se a essa perspectiva, considerando que a modernidade brasileira teria justamente que lidar com o passado e o futuro de modo a não simplesmente rejeitar as heranças culturais, mas sim afirmá-las. Inclusive, algumas dessas heranças levariam séculos para serem sintetizadas com os valores exóticos nesse longo processo de “deglutição”. Mais condescendente com as limitações da ainda jovem nação brasileira, ele retratou em sua famosa rapsódia uma versão do tipo cordial brasileiro, Macunaíma. Procurando discutir o que pra ele era uma constatação – que o brasileiro não tinha caráter –, inspirou-se, como se sabe, na obra de Theodor Koch-Grünberg para ressaltar que éramos um povo mais dado aos impulsos e ao hedonismo do que ao sacrifício disciplinador da moral civilizatória. Essa ausência de caráter, para Mário de Andrade, não refletia tanto uma inexistência de moralidade, mas sim uma conjunção de várias moralidades contraditórias, o que resultava numa entidade psíquica instável e em permanente mutação. Nações adultas, assim como seres humanos adultos, possuem uma entidade psíquica permanente; crianças e pré-adolescentes, não. Tratar-se-ia de um povo que não teria atingido a idade adulta; tratar-se-ia de um povo em formação, e, portanto, mais obediente ao ID – e por isso também mais livres – do que ao Superego, para usarmos termos freudianos também muito caros a Mário de Andrade.

¹³ Literatura e Sociedade, pp. 110 e 111.

Retornando ao ponto de partida, é seguro afirmar que nos dias atuais há duas concepções de cordialidade em uso corrente. Os meios de comunicação e a população em geral empregam o termo no sentido restrito e positivo – consideram que cordial é aquele que tem unicamente bons sentimentos e que essa é uma característica positiva do povo brasileiro. Na academia, a concepção que se tornou hegemônica foi a delineada por Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual a cordialidade abrange sentimentos tanto de benevolência como de desprezo e fúria, corresponde a sentimentos de amor e de ódio, de hospitalidade e de fúria, de solidariedade e de violência. Corresponde também a um traço da cultura tradicional que se atualizou no Brasil moderno, sendo a responsável pela confusão entre público e privado, como na lógica do “você sabe com quem está falando”, discutida por Roberto DaMatta. Estas duas concepções estão em conflito, pois a cordialidade não pode ser uma característica negativa e positiva ao mesmo tempo.

Então, qualquer alusão a uma suposta cordialidade brasileira exige que se explicita a que tipo de Homem Cordial se faz referência. A cordialidade reivindicada para os brasileiros na Copa aderiu à concepção restrita, muito distante daquela difundida por Holanda. Hospitalidade e alegria de alguns brasileiros foram imediatamente identificadas com cordialidade, e uma cordialidade de toda a gente. Esse mito do brasileiro cordial como um tipo afetuoso, sem qualquer traço de violência e sempre hospitaleiro, desconsidera a cordialidade percebida por Holanda e, do mesmo modo, a cordialidade concebida por Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Estes últimos viam-na como positiva, mas admitiam sua dualidade de sentimentos; Holanda considerava-a negativa sempre, até no que se refere aos sentimentos afáveis.

Em minha perspectiva, visto de maneira restrita ou ampliada, de forma positiva ou negativa, a cordialidade é uma mitologia que criou o mito

da brasilidade de forma idealizada e simplista. Construiu-se a falsa ideia de que somente no Brasil existe o familismo, como se em diversos países da Europa e nos Estados Unidos não encontrássemos a predominância das famílias nos negócios, na política, no espaço público. Criou-se a falácia ainda aceita por muitos de que o patrimonialismo é um fenômeno somente brasileiro, quando ele é encontrado em diversos países de democracia mais antiga e de economias capitalistas mais consolidadas. Edificou-se a falsa imagem de que somente aqui há confusão entre público e privado e a recorrência ao discurso do “você sabe com quem está falando?”, no sentido da diferenciação hierárquica. Esse mito que supõe que há um “tipo brasileiro”, num país tão diverso e complexo, descarta até mesmo que a afetividade pode ser antes uma estratégia racional de baixo custo e elevados ganhos num contexto de elevados custos de transação do Estado burocrático. Ao invés de resquício do “estado de natureza” daquele que age com o coração, a afetividade pode ser muito mais um indicador do Homem Racional – do individualismo metodológico – do que do Homem Cordial.

Em grande parte, o mito do brasileiro cordial, seja na versão otimista dos poetas modernistas ou na versão pessimista do ensaísta Sérgio Buarque de Holanda, acaba servindo para sedimentar uma ideologia de superioridade estrangeira, mesmo quando a intenção era evitá-la. A cordialidade pressupõe que somos inevitavelmente orientados pelo Eros e o Tântatos e, portanto, temos uma cultura pervertida que se torna praticamente impermeável à civilização. Por isso, nossas leis nunca serão plenamente obedecidas e nossa democracia jamais será realmente institucionalizada. Nossos partidos sempre serão instrumentos de clãs familiares, nossas mulheres, especialmente as mulatas, sempre serão cheias de volúpia e disponíveis, sempre seremos bons em fazer festas, mas péssimos em planejamento e organização. Tudo isso contribuiu e ainda contribui para a construção de preconceitos que reduzem o Brasil a um país do samba, do sexo e talvez ainda do futebol. Por que

ainda acreditamos nisso? Por que não percebemos que somos muito mais complexos e diversos? Por que não percebemos que todos os países têm diversos desses problemas e que, inclusive, em alguns deles também encontramos hospitalidade e calor humano? Será que nos fizeram – quem e por quê? – acreditar que somos inferiores em relação aos estrangeiros? Será que, embora não cordiais, padecemos do assim chamado “complexo de viralatas”? Ou será este também outro mito?

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: O Herói sem Nenhum Caráter*. São Paulo: Martins, [1928] 1978.
- ANDRADE, Oswald. Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial; In: *Obras Completas de Oswald de Andrade: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- BRIFFAULT, Robert. *The Mothers: A Study of the Origins of Sentiments and Institutions*. New York: The MacMillan Co, 1927.
- CÂNDIDO, Antônio. *Vários Escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- COUTO, Rui Ribeiro. *Carta a Alfonso Reyes*, Arquivos Pessoas de Autores Brasileiros, Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, 1931.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DATAFOLHA. Imagem dos estrangeiros sobre a Copa do Mundo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de ago. 2014.
- DAWKINS, Richard. *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sobre o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Global Editora, [1933] 2003.
- FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*; In: *Obras Completas*, Vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, [1913] 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- WAAL, Frans de. *Our Inner Ape*. New York: Riverhead Books. 2005.

ELES Y NOSOTROS. RELATOS BRASILEÑOS Y ARGENTINOS EN PERSPECTIVA COMPARADA¹

Vicente Palermo
Universidad de Buenos Aires (UBA)
✉ vicentepalermo@gmail.com

Resumen: Aunque el mantra de la integración regional define Argentina y Brasil como países hermanos, no es cierto que brasileños y argentinos seamos “hermanos”; no es cierto – en otro plano – que seamos “aliados estratégicos” (hoy día somos algo más hermanos y algo menos aliados estratégicos todavía, una cosa no va de la mano con la otra). No tenemos los mismos (hipotéticos, míticos e imaginarios, por supuesto) padres, y tampoco tenemos casi una historia en común. El grado de desconocimiento recíproco es todavía fenomenal. Cabe presumir razonablemente que tenemos intereses comunes y sobre todo que podemos tener, si somos capaces de conseguirlo, una convergencia de intereses muy prometedora en el futuro, pero lograrla depende del arte político y del esfuerzo, y el peor comienzo es darla por descontado. No hay, desde luego, ninguna hostilidad básica entre nosotros. Ni siquiera en fútbol, actividad deportiva y cultural tan importante en ambos países.

Palabras clave: Argentina; Brasil; Identidades

Abstract: Although the mantra of regional integration defines Argentina and Brazil, it is not true that Brazilians and Argentines are “brothers”; is not it - on another level - to become “strategic partners” (nowadays we are more siblings and less strategic allies yet, one thing does not go hand in hand with the other). We do not have the same (hypothetical, mythical and imaginary, of course) parents, nor we have almost a common history. The degree of mutual ignorance is still phenomenal. It is reasonable to assume that we have common interests and above all we can have, if we can achieve, a very promising convergence of interests in the future, but its accomplishment depends on the art of politics and effort, and the worst beginning is to take it for granted. There is, certainly, no basic hostility between us. Even in football, sports and cultural activities so important in both countries.

Keywords: Argentina; Brazil; Identities

Hasta comienzos de esta década el estado de ánimo dominante en Brasil era en algún grado autocomplaciente; una suerte de reedición del viejo *ufanismo*

¹ Pragmento del libro a ser publicado en 2014, Katz Editores, Buenos Aires

brasileño tuvo lugar gracias a los progresos de los gobiernos de Lula. Sin embargo el ánimo más firme consistía en un talante enteramente nuevo: la expectativa de que problemas siempre considerados irresolubles, como la corrupción, la miseria, el subdesarrollo, podían ser resueltos. Las manifestaciones de protesta, que se extendieron para las principales ciudades, surgieron de la noche a la mañana y pusieron en evidencia una “revolución de las expectativas crecientes” y tuvieron por blanco principal al estado, imputándole tanto un uso perdulario de sus recursos como una pésima prestación de los servicios públicos. Los indignados brasileños, a lo que todo indica, han llegado para quedarse. La agitación de los meses previos al Mundial de Fútbol es un ejemplo de manual de disparador de la acción colectiva: ¿qué mejor posibilidad de tirar piedras al tejado de vidrio brasileño que cuando el mundo (recordemos el tic) tiene puestos sus ojos en Brasil? Si es así, los cambios positivos experimentados por la sociedad brasileña en las últimas décadas, y no los males y problemas que aquejan (sin duda) al Brasil, habrían conducido a una novedad, algo que no forma parte de la identidad histórica brasileña: las manifestaciones y las protestas. Hay expectativas de una mejora mayor en los estándares sociales, pero junto a ello hay una menor tolerancia a la desigualdad. Y esta tesitura se expresa en el único lugar que era posible, ya que los partidos carecen por completo de medios para canalizarla.

Entre tanto, los indignados argentinos tienen muchas más diferencias que semejanzas con los movilizados brasileños. Han salido a la calle masivamente, miembros de una clase media que ha experimentado frecuentemente una mengua en sus ingresos y una pérdida de posiciones relativas, o han sido testigos de cómo eso ocurre con personas o familias de su misma condición. Pero no están en condiciones de formular demandas corporativas en el terreno económico, y en cambio han sido especialmente sensibles a una agenda institucional: la concentración desaforada del poder, la corrupción organizada desde el centro del

poder político. Si en el caso brasileño la democratización social aparejada a la mejora de las condiciones de vida ha hecho posible y hasta necesaria la protesta, en el argentino los indignados pertenecen a sectores sociales que han visto cómo sus posiciones se ponen en jaque, cómo han de hacer un esfuerzo mayor para proporcionar a sus hijos una educación no siempre de excelencia, y cómo un gobierno que sube los impuestos es a su vez insanablemente corrupto. En ambos países, los indignados exigen al poder no solamente ser escuchados, sino una atención perentoria de sus reclamos, pero estos son diferentes, y en Brasil representan una práctica expresiva novedosa. Por fin, en ambos casos, un segmento importante de quienes se movilizan es juvenil (aunque los jóvenes no han sido preponderantes, por ejemplo, en las manifestaciones contra la reelección presidencial en Argentina); pero aunque esto sea cierto, no ha tenido lugar la constitución de una identidad juvenil, no es tan claro que los jóvenes que se movilizan lo hagan en tanto jóvenes. Esto es bastante raro para la Argentina, que ha contado siempre con juventudes capaces de dar a la política un color peculiar, y menos sorprendente para Brasil, donde el activismo juvenil fue históricamente menor.

Este libro, siempre orientado por la comparación de los dos países, se ocupa de muchas paradojas como esta, recorriendo senderos históricos, políticos, culturales y sociales.

Aunque el mantra de la integración regional define Argentina y Brasil como países hermanos, no es cierto que brasileños y argentinos seamos “hermanos”; no es cierto – en otro plano – que seamos “aliados estratégicos” (hoy día somos algo más hermanos y algo menos aliados estratégicos todavía, una cosa no va de la mano con la otra). No tenemos los mismos (hipotéticos, míticos e imaginarios, por supuesto) padres, y tampoco tenemos casi una historia en común. El grado de desconocimiento recíproco es todavía fenomenal. Cabe

presumir razonablemente que tenemos intereses comunes y sobre todo que podemos tener, si somos capaces de conseguirlo, una convergencia de intereses muy prometedora en el futuro, pero lograrla depende del arte político y del esfuerzo, y el peor comienzo es darla por descontado. No hay, desde luego, ninguna hostilidad básica entre nosotros. Ni siquiera en fútbol, actividad deportiva y cultural tan importante en ambos países. No hay hostilidad, entonces, pero sí muchos preconceptos y prevenciones. Es verdad que, desde las hipótesis de guerra y la desconfianza e inclusive sorda hostilidad dominantes hasta fines de los 70, y los niveles de cooperación y de afinidad actuales, se ha avanzado muchísimo. Pero dar por descontado que somos “hermanos”, o “aliados estratégicos”, es tan simplista como estéril y hasta nocivo: asume que hay *ya* algo común, y de decisiva importancia, entre nosotros, cuando en verdad *todavía* no lo hay, y ese supuesto no contribuye en nada, más bien perjudica, para la exigente tarea de construir lazos. Si ignoramos de qué materiales básicos realmente disponemos para construir la casa de nuestra amistad y de nuestra integración, no seremos buenos arquitectos.

En rigor conviene tener una cuota de moderado pesimismo (que no debería inmovilizar); las razones por las que la convergencia es improbable son muchas, y sin un grado de convergencia en distintos campos, entre ellos el económico, la posición en el mundo, etc., se hace más difícil la integración. Pero esto no impide una aproximación y un intercambio culturales que apenas han comenzado.

El punto de partida de la investigación que tiene a este ensayo por uno de sus resultados está dado por las imágenes y representaciones de argentinos y brasileños sobre sí mismos, así como por las imágenes y representaciones recíprocas, orientadas tanto a modos de ser personales como colectivos. En tanto que las imágenes recíprocas permiten identificar las construcciones que en cada

caso se han ido elaborando sobre el otro, arrojando por añadidura una información valiosa sobre la propia autopercepción, las imágenes y representaciones sobre sí mismos en cada caso hacen posible una comparación casi siempre elocuente sobre rasgos nacionales (o bien de grupos sociales pertenecientes a los colectivos nacionales). Claro está que tales imágenes consisten en su mayoría en estereotipos, más o menos arraigados, pero mi propósito no es refutarlas ni confirmarlas, sino, por un lado, problematizarlas a la luz de relatos, interpretaciones (ensayísticas o académicas), otros estereotipos, etc., existentes en cada país sobre sí mismo. Y, por otro lado, partir del supuesto de que, en su gran mayoría, esos relatos o interpretaciones se pueden comparar – en algunos casos ya existen comparaciones – y ese ejercicio – esto es, observar cada relato a la luz de uno que proponemos como homólogo en el otro país – puede contribuir a comprender más y mejor el relato del otro país tanto como el del propio. Identificar las contrapartidas de determinados fenómenos o procesos políticos, sociales o culturales puede contribuir a una mejor comprensión en ambos casos.

Históricamente, era común que los argentinos miraran a los brasileños por encima del hombro; y ciertamente esto era percibido con molestia por los brasileños. Entre tanto, Brasil y Argentina tuvieron dos trayectorias colectivas muy diferentes en los últimos 40 años. ¿Por qué eso no da lugar al resentimiento argentino? ¿Por qué en general los brasileños no experimentan tal sentimiento por parte de los argentinos? En primer lugar, precisamente porque aquella imagen depreciada que los argentinos tenían de Brasil también fue cambiando, fue dando paso a una imagen positivizada. Esto sobre todo en los últimos quince años, cuando se hace patente la repercusión global del país. El cambio de la percepción argentina sobre los brasileños, viene de la mano de esa nueva resonancia global. Es decir, si siempre Argentina se manejó en el concierto

internacional como si fuera Gran Bretaña, ahora que Brasil hace las veces de potencia emergente, y así es valorada por los demás, el mito argentino de “somos una potencia intermedia (o en decadencia)” no puede sostenerse, y se opaca al lado de Brasil. Además es interesante en este punto, cómo, cuando uno platea esto, aquellos que tienen aún el berretín de ese nacionalismo mal aprendido, en seguida identifican al Brasil de la desigualdad, de la exclusión, de la pobreza, y de la longevidad de esas marcas. Y en segundo lugar, tal vez porque la apertura mental y cultural argentina puede asimilar el conjunto de novedades brasileñas. Lo que hay más bien es heterogéneo: sana envidia, admiración, desubicación (al cambiar tanto el lugar brasileño en el mundo, ¿cuál es el lugar argentino?). Todo mezclado con un esfuerzo por tematizar matices y dar cuenta de aspectos todavía negativos. Pensando más malévolamente, se diría que, hasta hace poco, el argentino no se daba cuenta de lo que no podía o no quería darse cuenta: las posiciones relativas cambiaban pero no las percepciones, ancladas en las viejas asimetrías.

La percepción del otro permite la percepción de uno mismo por contraste, se ve en el otro aquello que no puede verse en uno mismo, aquello que es una carencia o una ausencia positiva. Hasta cierto punto, la percepción sobre Brasil revela la percepción sobre la propia Argentina. Esto en un marco en el que quizás el principal contraste sea la erosión del “mito fundador” argentino y la convalidación del “mito fundador” brasileño. Pero en gran medida las percepciones no se fundaban (con importantes excepciones, como las comunidades fronterizas) en algún conocimiento directo del otro sino en imágenes lejanas, vagas e imprecisas, de distintas fuentes (como los medios), que daban lugar y reproducían prejuicios (no es que el conocimiento directo estuviera libre de prejuicios pero él permitía la posibilidad de que estos se reforzaran o se disiparan en la interacción).

Por décadas, como dijimos, fue común que los argentinos miraran Brasil con desdén (y una cierta hostilidad que nunca pasó de latente). Y con una mezcla de desconfianza (fuerte en las élites y plenamente correspondida) y arrogancia. Viejos preconceptos y sólidas ignorancias hacían que, para un argentino que se jactaba de vivir en un país europeo, blanco y culto, con una ancha clase media y ascenso social, Brasil pudiera ser menospreciado por ser, supuestamente, todo lo contrario (por ejemplo por el hecho de “no tener clase media”, tópico argentino si los hay). Pero a medida en que Brasil evidencia desempeños económicos, sociales, políticos, que son considerados exitosos, en tanto Argentina no logra sacar los pies del pantano de su decadencia, la percepción argentina cambia (ello muestra el grado en que las percepciones recíprocas se relacionan con las percepciones sobre sí mismos). Y asimismo cambia la percepción brasileña, que en términos de movilidad social aparece como la otra cara de la moneda argentina. Con este telón de fondo, nos parece, juegan los medios de comunicación, que por un lado son sensibles a la opinión pública - y los periodistas se "fascinan" también con los logros brasileños, con Lula, etc. -, y por otro, utilizan a Lula y los "éxitos" de Brasil como ariete para arrojar dardos contra los gobiernos cuando se les antoja hacerlo (este es un rasgo de integración político cultural bastante llamativo por infrecuente): Brasil aparece sucesivamente como Belindia, como un país fabuloso (de fábula) y como el ejemplo que deberían seguir los (malos) gobiernos argentinos si decidieran enmendarse.

Lo cierto es que la previsible mezcla de resentimiento y arrogancia no está presente. Suele creerse que la frustración y el resentimiento vienen juntos. ¿La frustración argentina, se traduce en resentimiento contra Brasil? A nivel popular, a nivel de la opinión pública más ilustrada, nada lo indica. Hay mucha frustración con la propia Argentina pero su contracara es hasta ahora una especie de sana envidia en relación a Brasil y una patente resignación. Uno de los motivos por los

que la frustración no se traduce en resentimiento, es el de que, rotundamente, las imágenes espontáneas que muchísimos argentinos tienen sobre Brasil son buenas: evocan el fútbol, el carnaval, la belleza, la naturaleza, la música, la alegría, etc. Estas son las primeras imágenes que suele suscitar la palabra Brasil, antes que la pobreza, la exclusión, la violencia, etc. Pero también es posible que la escasez de resentimiento se deba a que la arrogancia no se ha quebrado; aunque el país no es el mismo que la alimentó, cierta arrogancia sobrevive aunque no tenga un piso sólido (como se hace patente en los comentarios que suscita el hecho de que los indicadores sociales argentinos sean “superiores” a los brasileños, aunque no de para seguir abrigando una superioridad sobre la base de seguir siendo “blancos”, “europeos” y de clase media). Más adelante volvemos al punto, pero el cambio de las imágenes socio-étnicas de ambos países fortalece esta proximidad.

Todo ello crea, a nuestro entender, un muro que contiene la frustración y no da cauce al resentimiento. Uno de los periodistas brasileños que hemos entrevistado, corresponsal en Buenos Aires, se declaró intrigado por “la fascinación que en estos tres o cuatro últimos años ha surgido en Buenos Aires sobre Brasil, la economía brasileña y la admiración de los argentinos de izquierda y derecha con Lula”. Esta suerte de fascinación no es tan especulativa, se asienta en las cosas buenas que, en los últimos años, puede mostrar Brasil (pero cosas que, para este periodista no son tan buenas como para justificar tamaña fascinación): protagonismo internacional constructivo, liderazgo exitoso de un presidente de origen obrero, reconocimiento internacional, ampliación de la clase media y políticas sociales exitosas, una economía que capeó el temporal de la crisis financiera mejor que muchas otras, etc. (a mi entender, las complicaciones tanto económicas como políticas que experimenta Brasil desde 2012 no

desmienten esa trayectoria, aunque sí apartan el país de la efímera vidriera internacional).

Un sencillo ejercicio exploratorio llevado a cabo en el 2009 me permitió confirmar que esto sucede con las percepciones de sentido común. Las palabras (o sintagmas) que en asociación libre aparecieron al mencionarse Brasil fueron: abacaxi, açaí, adversario, afrolatinos, alegría, Amazonas, amistad, aviones, baile, bandera, belleza, *bossa nova*, caipiroska, carnaval, cocos, continente, desarrollo, desigualdad, despreocupación, diversidad, esfuerzo, interesante, Ipanema, favela, *feijoada*, frondosidad, fútbol, futuro, goles, justicia social, Lula, música, negros, Niemeyer, Orden y Progreso, orgullo, Pelé, playa, patria, pobreza, portugués, potencia de Sudamérica, presidente que me gustaría tener, próxima potencia, proyecto de nación, Rio de Janeiro, Romario, *samba*, *saudade*, selva verde, trópico, visión, vitalidad, Xuxa. De todas ellas, las que se reiteraron con mayor frecuencia fueron *bossa nova*, carnaval, fútbol, Lula, playa y *samba*. El predominio de imágenes que evocan espontáneamente la plétora de atractivos de un Brasil abierto, diverso y múltiple, es abrumador. Los significantes negativos, como pobreza y desigualdad, se reiteraron muy poco (por supuesto, el hecho de que los participantes en el ejercicio *no* desconocen que Brasil es un país desigual en el que hay pobreza, hace más significativa la omisión). La percepción cargada de una cierta hostilidad (adversario) se manifestó una sola vez. Los resultados de este ejercicio están en sintonía con las observaciones que pude hacer sobre otros conjuntos; entre los grupos profesionales, por ejemplo, que perciben Argentina como el reino del cortoplacismo, el contraste es con un país que tiene un Estado y es capaz de conferir otra temporalidad a sus políticas, y planificar (los politólogos brasileños coincidirían en este punto, por ejemplo en los plazos largos en que pueden ser concebidas las políticas tributarias). Quizás el epítome de los sentimientos despertados actualmente esté dado por el humor televisivo de

Peter Capusotto, quien – dando cuenta del apocamiento chillón por el cual la Argentina pasa, para los argentinos, de ser el mejor país a ser el peor país del mundo – le hace decir a uno de sus personajes, cantante español con muchos fans en la Argentina: “Pero, qué pena no haber nacido en Brasil... si yo fuera argentino, sentiría envidia de Brasil”. Los argentinos, si fuéramos coherentes, *deberíamos* sentir envidia – pero no sentimos. Sí sentimos admiración, sin resentimiento, hasta en el fútbol (mezclada con rivalidad, claro).

Otra percepción expresa elocuentemente una cierta angustia con lo que es experimentado como un déficit de comunidad; así, se percibe al Brasil como una entidad diferente a la mera suma de sus individuos, capaz de algunos desempeños colectivos en los que estos puedan espejarse como integrando un conjunto. En cambio, no sería este el caso argentino, cuya lista de desempeños colectivos sería francamente pobre, tanto como destacable la de desempeños individuales (argentinidades “al palo”, para echar mano de la canción de Bersuit, que no son más que la muestra de inútiles desempeños individuales superlativos, según un entrevistado). Nada paradójicamente, para los brasileños somos nosotros los que, en la dimensión política, ponemos de manifiesto capacidades asociativas y sentido comunitario. Pero estos contrastes aluden a su vez a las diferentes formas en que son percibidas la identidad nacional y el nacionalismo. Porque Argentina actual, según lo veo, sería un caso de nacionalismo de sociedad, sin identidad nacional, mientras que Brasil lo sería de identidad nacional y nacionalismo de estado. Más adelante volveremos sobre el punto que marca un contraste entre nacionalismo de estado y de sociedad. Por ahora abordemos las respectivas percepciones de la identidad nacional; entre los argentinos, las más dramáticas están marcadas por una crisis, un vacío de identidad. Una identidad que siempre fue, en parte, *una pregunta por la identidad* (ello sucede en todas las identidades nacionales, pero en intensidades distintas), sufriría un desfundamiento, una

erosión de sus componentes, hasta tornarse un lugar vacío. Shumway (Clarín, 29-01-2012); da una respuesta en parte diferente al mismo problema, cuando dice que “la identidad más fuerte de un argentino es ser muy crítico de su país”; así tendríamos, más que un vacío de identidad, una contra-identidad, una identidad por la negativa, donde se resalta todo lo que se rechaza (de tal modo, en ese extremo, el célebre periodista político argentino, Jorge Lanata, puede decir sin tapujos “este país es una mierda”). Como sea, el contraste con el caso brasileño es claro: la identidad no está definida por un radical signo de interrogación ni por un posicionamiento crítico. Si la percepción de Buarque de Holanda (1995) – el brasileño como un “desterrado en su propia tierra” – puede marcar una aproximación a la contra-identidad argentina, parece claro que en Brasil esa sensación de extrañamiento profundo se ha ido desvaneciendo.

Interrogado, en una entrevista, sobre por qué no se hacen más interpretaciones generales sobre Brasil, Fernando Henrique Cardoso argumenta que, en los tiempos en que se hacían esas interpretaciones, “estaban todos intentando ver cómo se hacía de esto una nación. Hoy nadie duda: esto es una nación. Ya no hay tanto una obsesión sobre quienes somos, por qué somos. Somos.”. El contraste entre la identidad que se da por descontada y el fuerte interrogante argentino es manifiesto. Y FHC agrega: “Ya se sabe que en Brasil el estado va a ser siempre importante, que el mercado va a ser siempre importante y que la sociedad civil es crecientemente importante. Ja no hay dudas sobre quien será el propulsor”. Lo que parece sugerir la existencia, en Brasil, de un fuerte consenso sobre su forma de estar en el mundo. Interpretación que, una vez más contrasta con el supuesto o real disenso argentino.

Considérese el siguiente desahogo argentino: “Lo cierto es que apenas si nos sostiene la soja... mientras no cambien los precios. *Somos soja...* ni Estrategia, ni Política, ni sensación alguna de un destino común, ni ejemplo a seguir. Los

pobres abundan... sino paseen por plaza Once, o algún subte o el conurbano. Apenas soja. Tampoco orgullo nacional, salvo que venga guionado. Es apasionante la política exterior, los temas de la agenda común de seguridad regional; la seguridad internacional y sus desafíos; la defensa. Lastima que creo, y seguro me equivoco, que somos apenas soja.”. Esta reducción de la identidad a la soja, la expresa un intelectual precisamente en un debate sobre la relación argentino brasileña. Su comentario guarda analogía con otro mucho más conocido: “Malvinas es lo único que une a los argentinos” (pero tampoco es cierto; la guerra de 1982 arrancó las Malvinas del sitio privilegiado que ocupaban junto a los símbolos nacionales). La soja, tanto como las Malvinas, expresarían nuestro no tener nada en común.

Esta crisis o este vacío de identidad pueden explicar por qué, quizás más que nunca, los argentinos se aferran a los mitos personales (Perón, Evita, Gardel, Maradona, etc.). Esos mitos son siempre parte de los materiales de identidad nacional (aunque sean parciales, por supuesto, son asumidos como totales), y son de los que persisten, son parte de lo que hace que el vacío de identidad no quede completamente al desnudo (obsérvese que el renovado interés por la historia argentina y el consumo de literatura histórica de divulgación se centra en los personajes). El fervor de la Fiesta del Bicentenario del 2010 estuvo centrado en los personajes y en los símbolos, se celebró la nación, pero, parafraseando a Ernesto Laclau, se trató de un significante vacío... sin otros significantes inscriptos en él; la concelebración inscribió elementos artificiales, como la mayoría de los personajes históricos (aunque se recuperó a la inmigración; probablemente de lo que se trató es de la imposibilidad de establecer esos otros significantes, en términos de relato unificado, cuando la celebración podría haber asumido la diversidad de relatos; incorporando, por ejemplo, la otra inmigración, la del interior).

Si, como explica Salvadori de Decca (2002) los mitos de la nacionalidad en Brasil son los de unidad, armonía, conciliación y proporcionalidad, estos mitos son pilares bastante firmes de la identidad nacional (aunque, por supuesto, sean objeto de contestaciones de diverso tipo); y lo son porque hay elementos identitarios muy diversos (según el propio Decca: himno, fútbol, mulata, samba) inscriptos en ellos. Sostiene Inés Pousadela (2007) que “el mito fundador de la Argentina de clase media encuentra su contrapartida brasileña en el mito de la armonía racial”. En tanto, el mito fundador de la *Argentina del pueblo* tal vez no tenga una contrapartida definida en el caso brasileño. Y el hecho claro de la existencia en el caso argentino de dos mitos fundadores (clase media, pueblo) de raíz sociológica sin interlocución entre sí probablemente de cuenta de la grieta por la cual se desfonda la identidad. Mientras se han erosionado los mitos argentinos, se convalidan los brasileños. Nótese que los mitos brasileños son de fusión, pero fusionan lo diverso sin suprimir los elementos de la diversidad. Naturalmente no puede haber sino una tensión entre la parte y el todo, especialmente cuando se postulan identidades. Como observa Renato Ortiz (1985): “Se ha insistido mucho sobre la dificultad de definir qué es el negro en Brasil. El impasse refleja las ambigüedades de la propia sociedad brasileña. La construcción de una identidad nacional mestiza torna todavía más difícil el discernimiento entre las fronteras de color. Al promoverse el samba al título de nacional, lo que efectivamente es hoy, se vacía su especificidad de origen, que era ser una música negra. Con el mito de las tres razas, se colocan problemas para la identidad de los negros, ya que las manifestaciones de color pierden su especificidad al ser integradas al discurso unívoco de lo nacional, problema con que se deparan los movimientos negros: cómo retomar las diversas manifestaciones culturales de color, que ya vienen muchas veces marcadas con el signo de la brasilidad”.

En la Argentina había fuertes elementos identitarios (y sus descendientes) que se agrietaron (el mito de la nación católica, que no tiene parangón en Brasil, o la grandeza, destino de grandeza que sí lo tiene). Otro tanto ocurre con condiciones consagradas, como las que ya mencioné: blanca, alfabeta, europea, de clase media y ascenso social (téngase en cuenta, para medir el abismo de esta ruptura, que para la época en que Argentina comenzaba a montar una poderosa estructura de educación pública popular, Brasil no había puesto punto final a la esclavitud). Y si siguiéramos por un momento a García Fanlo (2007) y otros autores que consideran la argentinidad definida y normatizada desde el poder, entiendo que las mutaciones de las últimas décadas han afectado la capacidad del poder de definir y normatizar y esta capacidad no ha sido recuperada por ninguna instancia (como los festejos del Bicentenario lo ponen en evidencia).

Entretanto, las percepciones de grupos profesionales que en razón de su actividad tienen visiones más específicas, son convergentes, pero la carga positiva en relación a Brasil es acompañada de una carga negativa en relación a la propia Argentina. Así, por caso, lo que trasunta el periodismo es que Brasil “ya despegó... ya no tiene sentido medirse con ellos, son inalcanzables”. “Fue a mediados de la década pasada cuando Brasil empezó a perder la imagen carnavalesca que solía caracterizarlo. Ya no se lo asocia solamente al fútbol... fútbol-playa-mujeres... o a las favelas. Ahora se habla de este país como una de las ‘locomotoras’ de la economía mundial ¿Cuánto hay de cierto y cuánto de ficción?” comenta y se pregunta Eleonora Gosman, periodista de Clarín (26-12-2011), sin poder ocultar su perplejidad (nótese el giro de caleidoscopio por el cual la identificación con el carnaval da paso a una economía pujante, como si un país debiera desprenderse forzosamente de ciertos rasgos para adquirir otros). Los políticos expresan más descarnadamente los problemas de desubicación que los cambios relativos suscitan; como señala un testimonio, “A gran parte de los

políticos le cuesta asimilar que Brasil ya no es un par de Argentina, que ya no hay ni podrá haber un trato de igual a igual”. Esta desubicación es dolorosa y con frecuencia deja ver sus huellas en los vínculos de todo tipo entre ambos países. Entretanto, los politólogos solemos envidiar (sanamente) aquello que consideramos un sistema político que funciona, con instituciones moderadamente sólidas y partidos que hipotéticamente han logrado estructurarse. Los empresarios cultivan la imagen de una clase política competente y cooperativa y los sociólogos la de una burguesía nacionalista y responsable (una “señora burguesía”, dicese; tal vez uno de los aspectos más fuertes de la “sana envidia”). El prestigio del sector público brasileño, al que se le reconocen capacidades de gestión, no es nuevo, y la postulación de una élite política competente completa esta imagen. Otro rasgo positivo que se le confiere es la fuerte continuidad de las políticas públicas. Los internacionalistas por su parte sienten rendida admiración por Itamaraty, el excelente cuerpo diplomático brasileño, y estiman que Brasil ha logrado ya desempeñarse como actor global, en parte gracias al cultivo, de larga data, de una condición de *soft power*. De un *survey* realizado en 2010 con legisladores nacionales, surge que para un 80% Brasil es el país latinoamericano que por sus desempeños políticos, económicos e institucionales la Argentina debería imitar (Chile queda en segundo lugar, pero próximo, con un 75% y Uruguay en tercero con un 55%). Como sea, la condensación de todas o casi todas estas imágenes es consagrada por los ensayistas que logran mayor éxito en capturar el interés de los lectores. Así, por ejemplo, Marcos Aguinis (2007) asevera que “Brasil estaba por debajo de los índices argentinos, pero mantuvo firme su obstinación industrialista y ahora no sólo nos gana, sino que marcha con inteligencia rumbo a los primeros puestos del globo, pese a los enormes problemas que aún lo aquejan. Su diplomacia, su élite política y su mayor estabilidad jurídica le otorgan ventajas que nosotros,

ocupados en rencillas de pigmeos, no tenemos en cuenta.”. Entre tanto, como veremos luego, “los enormes problemas que aún lo aquejan” son, para muchos de los propios brasileños, como un fardo pesadísimo de cargar. En esa carga pesada ocupa su lugar el sistema político que, lejos de ser visto como eficiente, es percibido en términos generales como lento y corrupto, distante de las necesidades de la gente, autocentrado. Pero aún aquellos que se importan particularmente por los diferentes problemas internos brasileños, han dejado de considerar, ya, que esos problemas puedan ser un impedimento para la proyección regional e global de Brasil.

Las incomodidades y los problemas de ubicación de Argentina en relación a Brasil tal vez se atenúen y se complejizen al mismo tiempo, en virtud del modo en que el país encara su creciente gravitación regional y su realzado papel mundial (*global player*). En efecto, tanto sus desempeños económicos nacionales e internacionales, como la proyección de su política exterior, han hecho que Brasil ganara peso e influencia cada vez más perceptibles hasta encarnar una suerte de liderazgo regional. Por cierto esta nueva situación genera reacciones de rechazo y desconfianza entre los países del área, contra el “imperialismo brasileño”; no obstante, estas reacciones están mitigadas por el estilo con que la diplomacia y la clase política brasileñas la encaran: con extremo cuidado para evitar ser percibido como deseando constituirse en una potencia hegemónica. Como observó Fernando Henrique Cardoso: “Brasil tendrá que tener mucho cuidado para no transformar la predominancia (regional) en hegemonía, que no nos conviene” (BBC Mundo, 2011). Pero el comportamiento que resulta de esta moderación es más difícil de procesar por parte de los potenciales y efectivos socios en la región, y sobre todo por la Argentina, que una pretensión abierta de hegemonía que simplificaría las cosas estimulando un rechazo sin medias tintas. Así, la conducta brasileña desestimula el conflicto pero incrementa el malestar.

Los contrastes en las percepciones y en los modos de experimentar la identidad propia se tornan nítidos tal vez cuando un brasileño o un argentino exteriorizan cómo se sienten por el hecho de serlo. La amable pregunta con que en más de una ocasión me deparé en mis años de residencia en Brasil - “você ainda não se fez brasileiro?” - expresa muy claramente una identidad autoconfiante, pero más aún satisfecha, con pocas contradicciones o malestares consigo misma, algo autocomplaciente, que es muy diferente a la áspera relación de un argentino con su argentinidad. Sin exagerar demasiado, se puede decir que mientras el argentino sufre su identidad, el brasileño la disfruta.

Referências

- AGUINIS, Marcos. *El atroz encanto de ser argentinos*; Buenos Aires: Emecé, 2007.
- BBC. Los temores ante Brasil, el nuevo imperio americano. *BBC Mundo*, Londres, 11 nov. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/11/111108_america_latina_brasil_imperial_a.a.shtml>.
- BUARQUE de HOLANDA, Sergio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DECCA, Edgar Salvadori de. Cidadão, mostre-me a identidade! *Cad. CEDES*, v. 22, n.58, p.7-20, dez. 2002.
- GARCÍA FANLO, José Luis. *Sociología de la argentinidad*. Universidad de Buenos Aires: Carrera de Sociología, 2007.
- GOSMAN, E. Fuerte crecimiento, pero aún con escaso desarrollo social. *Clarín*, Buenos Aires, 27 dez. 2011. Caderno Mundo.
- LISSARDY, G. Los temores ante Brasil, el nuevo imperio americano. *BBC Mundo*, Londres, 8 nov. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2011/11/111108_america_latina_brasil_imperial_a.a.shtml>. Acesso em 10 set. 2014.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- POUSADELA, Inés. Las políticas públicas y las matrices nacionales de cultura política. Em Grimson, A. (Comp.). *Pasiones nacionales*, Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- SHUMWAY, N. “La identidad más fuerte de un argentino es ser muy crítico de su país”. *Clarín*, Buenos Aires, 29 de jan. 2012. Caderno Notícia. Disponível em: <http://www.clarin.com/zona/identidad-fuerte-argentino-critico-pais_0_636536448.html>. Acesso em: 01 out. 2014.

INSTITUIÇÕES E GERAÇÃO DEMOCRÁTICA: AS JORNADAS DE JUNHO E JULHO DE 2013¹

“... os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam... o desejo que sentem os povos de serem livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido...”
Machiavelli (1994, Cap. IV, p. 32-33)

Deivison Souza Cruz

Mestre em Ciência Política (UFMG) e Cientista Social (UFES)

✉ deivison.consultoria@gmail.com

José Roberto Bonifácio

Sociólogo (UFES) e Especialista em Ciência Política (TUPERJ)

✉ bonifacio78@gmail.com

Resumo: Os protestos e manifestações de meados de 2013 são aqui interpretados à luz de fatores geracionais, contextuais, institucionais, e dinâmicas de médio longo prazo. A metáfora “pavio” e “paiol” sintetiza fatores conducentes à eclosão de um evento único, com mais de um milhão de pessoas nas ruas de várias cidades. Destacamos processos associadas à vida urbana, sobretudo mobilidade e desigualdades sociais. Abordamos tópicos de mudança social, oscilando de demandas materialistas a pós-materialistas. Discutimos também o papel das redes sociais e influências internacionais. Tratam-se de fatores associados a crescente dissonância e diferenciação geracional entre as instituições e a classe política (o problema da oligarquização dos partidos, paralisia decisória do Legislativo, ineficiência do Executivo) face às gerações mais jovens, que mostram-se alienadas frente a baixa permeabilidade das instituições políticas, ao mesmo tempo que conscientizam-se dos problemas urbanos, políticas públicas e demandas por eficiência estatal. Reformas incrementais (a exemplo da reforma política), cenários de incerteza e elevação da alienação eleitoral para as eleições de 2014 conformam os cenários futuros. Enfatizamos a possibilidade de interpretação dos eventos numa perspectiva sociológica que resgata, articula e sistematiza insights clássicos de autores como Tocqueville, Michels, Aron, Olson, Dahrendorf, Pizzorno, Huntington, D. C. North, Michael Hardt, Castells, Offe e Hirschman, dentre outros.

Palavras-chave: Instituições políticas; conflito geracional; democracia; Manifestações; Junho 2013

Abstract: Protests and demonstrations of mid-2013 are herein interpreted in the light of generational, contextual, institutional factors, and dynamic for medium and long term. The metaphor “wick” and “barn” summarizes factors leading to the emergence of a single event, which takeover one million people on the

¹ Texto escrito entre os dias 22/07 e 16/08. Agradeço as contribuições de Emílio Fontes e dos debatedores do evento para as reflexões aqui expressas. Evidentemente, as posições são de responsabilidade dos autores.

streets of various cities. We highlight processes associated with urban life, especially mobility and social inequalities. Topics of social change, ranging from materialistic to post-materialistic demands are approached. We also discuss the role of social networks and international influences. These are factors associated with the growing dissonance and generational differentiation between the institutions and the political class (the problem of oligarchy parties, decisional paralysis of the Legislature, the Executive inefficiency) compared to younger generations, reveal alienation across the low permeability of political institutions, at the same time as they become aware of urban issues, public policy and demands for government efficiency. Incremental reforms (such as the political reform), scenarios of uncertainty and increased electoral alienation for the 2014 elections compose future scenarios. We emphasize the possibility of events interpretation from a sociological perspective that rescues, articulate and systematize classic writers' insights like Tocqueville, Michels, Aron Olson, Dahrendorf, Pizzorno, Huntington, DC North, Michael Hardt, Castells, Offe and Hirschman, among others.

Key words: *Political institutions; Generational conflict; Democracy; Protests; June 2013*

1. Introdução

O presente artigo consolida uma série de *insights*, vistos pela ótica das relações micro-macro, a respeito do processo de mudança social cujos eventos centrais são as manifestações e protestos sociais de 2013 no Brasil. A análise desses eventos tem como premissa a compreensão dos processos de longo e curto prazo. O enfoque principal relaciona o processo de socialização das novas gerações e papel das instituições políticas diante deste fator.

O período 2003-2011 mostrou-se de forte expansão econômica, o que promoveu, em paralelo, a redução da desigualdade e aumento de 78% da renda das classes C e D, enquanto as classes médias tradicionais incrementaram sua renda em apenas 9%. Tal pano de fundo foi um dos ingredientes latentes que contribuiu com as manifestações. A retração econômica pós 2012 lançou dúvidas quanto à perspectiva de crescimento dos rendimentos.

Em 2013 convergiram as expectativas pessimistas de desaceleração econômica, elevação da inflação e do desemprego e a queda de rendimentos. Ao mesmo tempo, a baixa qualidade das políticas públicas, o caos do trânsito nas grandes cidades com o aumento do número de carros em circulação e a suspeição quanto aos gastos nas obras da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Compondo uma mistura de alta octanagem, a propaganda governamental de entrada do Brasil no Mundo Desenvolvido colidiu com a experiência cotidiana dos brasileiros. A “fagulha” da repressão policial ao aumento das tarifas de ônibus urbanos, tomando a cidade de São Paulo como epicentro e seguidamente outras capitais, fez com que o “paiol” explodisse e tomasse a forma de protestos massivos.

Advindos de vários segmentos sociais, ao invés de expressarem uma “geração perdida” ou uma vertente econômica de “bônus geracional” politicamente passiva, os jovens promoveram um impulso contestador às instituições estatais, partidos e movimentos sociais clássicos.

Em função disso, é certo afirmar que as mobilizações transformaram-se no desaguadouro de várias tensões, sejam elas econômicas, políticas e sociais frente aos governos federal, estaduais, distrital e municipais. De modo ruidoso, esta geração mandou o “recado das ruas”, e o resultado mais perene terá sido a mudança de atitude das gerações. O alcance, a profundidade e o significado de tal mensagem estão por serem compreendidos.

De imediato, importa interpretar as origens e os fatores que influenciaram nas manifestações, como tais protestos se relacionam com os movimentos sociais clássicos e partidos políticos e qual o impacto destas no futuro próximo, em especial sobre as eleições de 2014. Este texto relaciona tais questões e aponta alguns elementos como possível resposta.

Se em certa medida o descontentamento convergente com forte questionamento às instituições expressou a politização dessa geração pela consciência sobre os problemas sociais, por outro lado mostrou seus limites face às instituições vigentes e ao entendimento dos problemas intrínsecos destes arranjos institucionais.

2. O passado recente

2.1. Um cenário em aberto

As manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo em junho de 2013 resultaram, em uma inflexão imprevista em 20/06/2013. Além dos R\$ 0,20 (vinte centavos), o afluxo de demandas e participação de mais de um milhão de pessoas em várias metrópoles brasileiras resultou em perplexidade governamental e em temores sociais. A surpresa foi que o descontentamento generalizado e difuso (no tocante à diversidade de demandas de políticas públicas) não se processou pelos canais e instâncias tradicionais, como partidos, sindicatos, associativismos e movimentos sociais.

Para além da denúncia de problemas concretos de políticas públicas, as mensagens e expressões do tipo *hashtag* “o gigante acordou” e “X não me representa” nas redes sociais saltaram da internet para os cartazes das manifestações, fenômeno este que configura um problema de pesquisa do qual o aspecto central a se ressaltar preliminarmente é a emergência de uma identidade geracional. Para compreender tal geração é preciso partir de aspectos concretos para as expressões que lhes são traduzidas.

De um lado o discurso do Brasil potência emergente no cenário internacional, cujas evidências seriam a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o peso econômico-financeiro do BRICS, tudo isto ancorado pelo crescente poder de compra da nova classe média e o vigor dinâmico da demanda doméstica no crescimento econômico. De outro os problemas cotidianos de mobilidade urbana e a baixa efetividade das políticas públicas de saúde, educação.

Adicione-se a isto o descrédito dos partidos políticos, a baixa produtividade legislativa do Congresso, a emergência de blocos parlamentares com agendas conservadoras. Acrescente a estes ingredientes o declínio das empresas de telecomunicação (sobretudo emissoras televisivas abertas) e das

mídias tradicionais, a emergência das redes virtuais e das chamadas “mídias sociais”.

Muitos dos elementos apontados já se encontravam presentes no médio e curto prazo e eram de amplo conhecimento. O caos urbano decorrente do dinamismo econômico dos últimos anos resultou em incentivo ao uso massivo de automóveis individuais e à consequente precarização das vias públicas, com baixo investimento em transporte coletivo. A generalizada noção de ineficiência estatal elevou-se com a percepção de desperdício e corrupção com as obras da Copa do Mundo de Olimpíadas, com as demoradas e necessárias obras de infraestrutura e logística produtivas (portos, aeroportos, hidrelétricas, rodovias, ferrovias etc.) e os parcos resultados dos contratos de concessão. O início de 2013 foi “coroadado” pelo temor à volta da inflação e da estagnação econômica.

Embora não se saiba de antemão e com exatidão em que medida cada um destes fatores contribuiu para as manifestações de massa, a cobrança de respostas por parte do poder público fez com que os governos partissem para uma pauta dúbia de entre “ouvir a voz das ruas” e repressão e desmoralização das manifestações. Atacada, a mídia tradicional viu-se disputando espaço para suas versões das manifestações com a “Mídia Ninja” (com um olhar por dentro das manifestações) e compartilhamentos de conteúdo nas redes sociais.

A popularidade da presidente Dilma (PT) caiu ao menor nível histórico, e a do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB) caiu abaixo de 30%. Prognósticos pessimistas quanto ao impacto nas eleições de 2014 tornaram-se preocupação comum a diversos chefes de Executivos nas três esferas de governo. Assim sendo, o pacto em torno da efetividade das políticas públicas proposto pelo Governo Federal aos entes subnacionais deve ser compreendido neste sentido.

Passados menos que seis meses, há quem considere que é cedo para conclusões. Mas as perguntas referem-se aos sinais de mudanças sociais

profundas e globais apontadas pelas manifestações. Há análises que colocam ênfase na tecnologia (redes sociais e aparelhos portáteis), nos fatores transnacionais (manifestações nos EUA, Europa e países árabes), econômicos e sociais (privação relativa, mobilidade social ascendente e equalização de *life chances*, inflexões societárias em sentido materialista e pós-materialista), bem como a dimensão político-institucional envolvida nos protestos (oligarquização dos partidos, inoperância e sobrecarga governamentais, lentidão e desigualdades no acesso à justiça, paralisia e barganhas espúrias no Legislativo, baixa permeabilidade das instituições políticas, limitações orçamentárias e explosão da dívida pública etc.).

Embora tais fatores sejam mais visíveis e sua importância reconhecida, falta uma explicação ao fato dos jovens serem presentes em maior número nas manifestações. Embora haja quem considere tal fenômeno como natural, a resposta mais precisa tem em conta aos fatores geracionais. O discurso da presidente, em seu sentido mais amplo, buscou conectar gerações e resgatar o papel das instituições no processamento das demandas sociais em uma democracia.

2.2. O pavio e o paiol

Embora haja quem afirme que os acontecimentos que antecederam as manifestações de meados de 2013 teriam como fim inevitável o desfecho ocorrido, outros desfechos seriam possíveis, principalmente se reconhecido o papel e a centralidade de políticas estatais, da permeabilidade institucional e da ação policial consoante com o Estado de Direito. Tais medidas atenuariam ao menos a proporção e a agressividade dos protestos.

Cabe reconhecer, entretanto, que a repressão policial abusiva sobre manifestantes e jornalistas foi o erro primário que detonou o *stress* social latente, transformando-o em apelo emocional generalizado que se difundiu pelo conjunto da sociedade. Governos estaduais como os de São Paulo,

Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dentre outros, acreditaram que bastaria lançar a opinião pública contra o que diziam ser uma “minoria” e assim a normalidade estaria restabelecida. Eis que, num nível de análise mais imediato, a melhor explicação das “jornadas” decorreria dum efeito não-antecipado das ações intencionais dos agentes políticos e sociais.

Este não souberam compreender, na velocidade e acurácia adequadas, os fenômenos de fundo que estavam em jogo naquela conjuntura, em especial a capacidade de disseminação de ideias, de mobilização social, bem como o próprio descontentamento social com as políticas de governo. Disto resultou o apoio de 79% da opinião pública às manifestações (IBOPE; CNI, 2013) e a abrupta queda da popularidade da presidenta Dilma Rousseff para 31% dos entrevistados. Na mesma pesquisa é possível perceber que tal fenômeno expressou a insatisfação com as elites políticas em geral, elevando a incerteza quanto ao futuro político de diversas lideranças.

Embora os desafios em torno da mobilidade urbana e demais políticas públicas sejam há muito conhecidos, ocorre que têm sido lentas e hesitantes as mudanças no sentido de maior efetividade frente à propaganda do governo federal de ingresso do Brasil no primeiro mundo. Ainda que a propaganda governamental mostre-se ufanista, o fato é que os mandatários operam em um quadro de demandas estáticas.

Por certo as métricas de avaliação da população quanto às políticas públicas mudaram para os parâmetros do Mundo Desenvolvido, mas a efetividade destas políticas não. A ideia de estádios de futebol “Padrão FIFA” com políticas públicas de “Terceiro Mundo” tornaram difícil justificar o sacrifício cotidiano em prol de um espetáculo ao qual a maior parte pouco ganharia.

Em outras palavras, os agentes políticos e a máquina estatal persistiram num quadro de expectativas e demandas estáticas, exceto quanto ao marketing, que capta as novidades mas não as converte eficazmente em

estratégias de governo. Inicialmente os governos alimentaram a crença errônea de que a insatisfação social seria improvável em um contexto de melhoria de indicadores sociais e econômicos - vide baixo desemprego, ganhos dos salários, redução da desigualdade e da pobreza.

Quando efetuaram a correção deste *frame* vide, por exemplo, o discurso presidencial na recepção ao Papa Francisco I para a Jornada Mundial da Juventude, onde abundam hipóteses sociológicas *a la* Tocqueville (1998) e *a la* Aron (1967), como veremos – os desdobramentos da onda de manifestações já haviam adquirido amplitude, contornos e dramaticidade particularmente críticas. Enquanto acreditava associar-se à imagem da ordem e da estabilidade, inadvertidamente a repressão policial fez com que os mandatários fossem associados ao autoritarismo.

Em meio ao gás lacrimogêneo, a agressões físicas e a tiros de bala de borracha, o sociólogo Soares (2013) identificou que os setores médios perceberam na pele que o *modus operandi* policial contra os pobres era inconsistente com a democracia. As evidências de abuso incluem ataques a jornalistas, manifestantes, advogados (OAB). A suspeita de infiltração de policiais nas manifestações com intuito de causar tumultos e o sumiço do pedreiro Amarildo Dias após abordagem policial na UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) da Rocinha tiveram destaque.

As ruas transformaram-se em palco de disputa entre segmentos diversos. De conservadores envoltos na bandeira nacional, gritando “Fora Dilma” e agredindo militantes de esquerda, até ativistas usando táticas “Black Block” e anarco-punks buscaram atacar “símbolos do capitalismo”, passando por neonazistas e neofascistas buscando marcar território. Em meio aos jogos da Copa das Confederações, a resposta governamental em defesa da lei e da ordem tornou as manifestações segmentadas apenas em estudantes universitários e movimentos sociais dispersos.

2.3. Cidade e mobilidade

Com a redemocratização na década de 1980 e o processo de urbanização acelerada das décadas anteriores, as manifestações estudantis contra o aumento de tarifas de transporte sempre fizeram parte da cena urbana brasileira. Tais demandas se incluem em uma agenda cidadina mais ampla, que envolve também o ordenamento e a disputa do solo urbano, a habitação, os serviços públicos e a melhoria da infraestrutura nos bairros. Nem as manifestações nem as demandas são novidade (Cf. a este respeito o clássico trabalho de CALDEIRA *et al* 1976).

O crescimento econômico da última década aprofundou problemas já existentes de mobilidade urbana, segregação sócio-espacial e especulação imobiliária. Conjuntos habitacionais foram construídos distantes dos centros e as vias urbanas não cresceram na mesma medida em que o número de carros de passeio. As obras da Copa e das Olimpíadas criaram a sensação de que os bens públicos de infraestrutura eram soluções para “inglês ver” e distantes da resolução dos problemas estruturais cotidianos.

Com milhões de carros, as avenidas ficaram mais estreitas, elevando o tempo despendido em mobilidade, elevando o stress e reduzindo a eficiência econômica. O caos urbano é visto como sinal de baixa ênfase dada a pauta da mobilidade por parte dos governos. “Cidades Sustentáveis”, com o incentivo ao transporte coletivo e ao uso de bicicletas, transformaram-se em panaceia cuja evidência simbólica fora o atropelamento e o braço decepado de um jovem ciclista na cidade São Paulo pela manhã de 10-03-2013.

Manifestações e protestos não ocorreram antes devido à capacidade incremental de adaptação social e das instituições política a cenários adversos. Desde que as mudanças sejam lentas, as pessoas convivem com os problemas, não impedindo que contaminem outros domínios de vida de modo normal. Exemplo é o crescimento dos índices de crime nas últimas décadas. Embora eventos cotidianos sejam traumáticos para quem os vivencia, o fatalismo e

elevações lentas por anos seguidos faz com que as pessoas em geral se adaptem a tal ponto que as instituições passam a gerenciar o problema ao invés de resolvê-lo.

As pessoas estão expostas com maior frequência aos problemas de mobilidade urbana do que ao crime ou a problemas de saúde. Por outro lado, a baixa qualidade educacional apresenta efeitos deletérios no tempo longo, tornando difícil identificar responsáveis diretamente, exceto pela falta de vagas em escolas e hospitais, infraestrutura ou corrupção explícitas. Em outras palavras, problemas de mobilidade impedem ou dificultam que as pessoas realizem atividades cotidianas diversas e afetam segmentos maiores da população do que outros serviços públicos usados exclusivamente pela população pobre, sendo por isso que foram o estopim para outras demandas.

A pressão em torno do uso do tempo de modo geral e a busca de eficiência econômica terminam por envolver percepção comum de degradação do bem público. O peso das passagens pesa sobre os de menores rendimentos. Ainda que uma larga parcela dos estudantes não sejam pobres, dependam economicamente dos pais e experimentem a situação com a percepção dos que não podem se manifestar. As pessoas não estão dispostas a pagar R\$ 0,20 a mais por um serviço qualitativamente ruim. Mas poucas podem se manifestar politicamente a esse respeito dados os custos e incertezas envolvidos na tomada de decisão individual. Uma vez que todos se acham no domínio das perdas e estas se concentram mais sobre determinados indivíduos detentores de maior nível de informação e interesse na questão, o grupo se prontifica ao risco da ação coletiva (OLSON, 1999; KAHNEMAN, TVERSKY, 1979).

A insatisfação expressa pelo MPL foi a de quem convive com o problema. Para que não sejam vistas como oportunistas, as respostas imediatas (como as promessas de investimentos de R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana, metrô e corredores de ônibus, a isenção fiscal sobre

óleo diesel e energia elétrica para transportes públicos) precisam ser acopladas num quadro de soluções mais amplas no qual as cidades sejam planejadas para as atuais e futuras demandas das gerações vindouras.

Na medida em que expressa demandas do cotidiano urbano, a tendência é que as manifestações persistam e tornem-se um problema comum para governos de diversas matrizes ideológicas. De longa data, o problema cresceu nas últimas décadas, quando os governos reduziram a sua capacidade de planejamento, e agravou-se com o crescimento econômico recente. O desafio atual é que estas oportunidades perdidas sejam compensadas o mais consistente e regularmente possível, pois os riscos menores são os protestos periódicos e os maiores são incalculáveis.

2.4. Materialismo e pós-materialismo

As manifestações foram um ponto de interseção da curva de insatisfação difusa, e econômica, de dois segmentos populacionais cuja renda cresceu em velocidade distinta na última década. De um lado a “Nova Classe Média” ou “Classe Trabalhadora Ampliada”, que cresceu de 37% da população para 55% e cuja renda mediana das famílias cresceu 78% no mesmo período, nos termos do governo federal (ROUSSEFF, 2014; ver também: NERY 2008; SOUZA, J. 2010; SOUZA, LAMOUNIER 2010; PORCHMANN 2012). De outro a estagnação relativa do crescimento do rendimento da classe média tradicional, que mantiveram uma composição de 11% da população e aumentaram apenas em 9% sua renda no mesmo período.

As implicações desta diferença de mobilidade apresentam consequências diversas. Ocorre maior pressão sobre serviços antes restritos à antiga classe média, como aeroportos e shopping centers (CARTA CAPITAL 2011), e também “inflação de serviços” – educação, saúde e segurança privados - majoritariamente consumidos por este segmento (FUCS *et al.*,

2013). Há também uma crescente percepção de perdas financeiras e ressentimentos, onde os filhos das famílias situadas nestas posições de classe vivenciam um novo ambiente com maior competitividade e incerteza de status.

Dentre os que ascenderam, as expectativas crescentes de renda caminharam em paralelo com o endividamento das famílias. Porém, no início de 2013 o temor quanto à inflação, redução do crescimento econômico e elevação de desemprego engendrou incerteza nas famílias e possível contingenciamento de gastos. Uma hipótese é que expectativas ou contingenciamento financeiro de fato intrafamiliar reverberaram nos jovens. Estes, com inserção precária no mercado e custos crescentes decorrentes do maior acesso ao ensino superior, fizeram com que o descontentamento rebatesse sobre os governos.

Esse duplo descontentamento advindo das trajetórias distintas de renda e o impasse do crescimento econômico explicam porque o traço comum é mais anti-institucional do que classista. Em termos econômicos, ambos os estratos se revoltam contra os governos como responsáveis tanto pela corrupção, caos urbano e baixa eficiência das políticas públicas. O enfoque diferencial é que a antiga classe média identifica com maior ênfase a liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) como o prócere da corrupção, e o segundo grupo foca nas demandas sociais e, no limite, vê o problema da corrupção indistintamente.

Thimoty Power (2013) apontou bem os elementos pós-materialistas expressos pela busca de qualidade de serviços públicos. Nesse sentido, a chamada “*luta de classes*” foi tangencial, e o que se viu foi uma pluralidade de demandas “competindo” de forma desordenada, caótica e simultânea por atenção da mídia, na internet e pelo público formador de opinião, nas ruas e mídias sociais. É nesse ponto que tornou-se visível a fragilidade dos legislativos como processadores de informação e filtros institucionais.

Nesse sentido que ganharam visibilidade questões já conhecidas, como etnia (discriminação racial, desigualdade social e ações afirmativas para negros, demarcação de reservas indígenas, orgulho “euro-descendente”), gênero (descriminalização do aborto, violência contra a mulher), sexualidade (união civil homossexual), empresarial (lobby pela redução do “custo Brasil” e desburocratização), religião (emergência dos evangélicos, violência contra jovens e cultos afro-brasileiros, reafirmação política do catolicismo ameaçado pela redução do “rebanho”), meio ambiente (como o Código Florestal, hidrelétricas, desertificação, etc.), e PEC 37 (limitação do poder de investigação do Ministério Público).

Assim sendo, ganha relevância para este estudo a noção de mudanças sociais em sentido pós-materialista, as quais dizem respeito, na esfera de indivíduos e grupos, ao deslocamento das demandas de coisas do cotidiano mundano para coisas mais transcendentais. Esta dicotomia de prioridades se expressa pela relação entre demandas concretas em termos de tarifas baratas e qualidade de políticas públicas – indo além, portanto, da mera provisão de política – até bens coletivos “intangíveis” como *accountability*, responsividade governamental e representatividade institucional. Estas últimas porém não são tão pós-materialistas assim, pois sua ancoragem empírica é perceptível, sobretudo nos eventos de protesto aqui analisados.

Com indicadores apontando baixo desemprego e inflação moderada, seria difícil crer que a recessão esteja no horizonte temporal das famílias brasileiras. Mas o temor a essa é bem provável que sim. Sinalizações nesse sentido ocorreram ao longo do primeiro semestre e contribuíram para o descontentamento, pois “*não foi apenas o preço do tomate que aumentou*” (VERSIGNASSI, 2013). Por isso, é ilusório crer que manifestações diminuiriam em função da melhoria social e econômica vivenciada nos últimos anos.

Estudiosos diversos (ARON, 1967; HOBSBAWM, 1995; DAHRENDORF, 1992; TOCQUEVILLE, 1971) demonstraram que manifestações, protestos e mesmo rebeliões por motivação econômica têm mais chances de ocorrerem após períodos de rápido crescimento justamente pelo temor dos indivíduos de perderem o que conquistaram (expectativas negativas ascendentes) ou ainda de voltar a ganhar aquilo que outrora ganhavam (expectativas positivas descendentes).

Maior privação relativa em um quadro de melhoria de qualidade de vida ocorre porque as pessoas modificam o padrão de consumo precedente, com novas demandas e expectativas, adquirem preferências mais exigentes quanto à qualidade dos serviços e passam a comparar o seu padrão de vida com outros segmentos antes vistos como social e economicamente distantes na estrutura social. Portanto, ficam dependentes de maior renda ou das expectativas de crescimento de renda. Ou seja, na medida em que as distâncias sociais mudam, o sentimento de privação ocorre tanto na classe média tradicional face à “nova classe média” quanto o inverso.

A opção pelo mercado (“exit” nos termos de HIRSCHMAN, 1970) nos serviços de saúde, educação e segurança levam às bandeiras de redução de impostos para os setores médios tradicionais, e os preços relativos seguem a aumentar, fomentada pelas expectativas dos agentes de mercado de elevarem o lucro em face da maior demanda. O peso dos impostos e custos de serviços faz com que a “nova classe média” se veja impedida de consumir em função de seu maior endividamento familiar. Essa pressão pela redução de impostos e, ao mesmo tempo, por escolas e hospitais dentro dos critérios do chamado “Padrão FIFA” são coerentes em um enquadramento de eficiência do setor público, mas contraditórios com a expansão dos gastos públicos.

É neste ponto que, embora os setores médios sejam mais presentes em manifestações e aleguem ser tal fator uma evidência do baixo lastro social nos segmentos mais pobres, viu-se efetivamente esta última representada na crítica

à qualidade dos serviços públicos. É nesse sentido que a expressão (elusiva) de uma esfera pública encontra-se no epicentro das manifestações tal como representado nas redes sociais. É o nível de responsabilização dos governos pelo quadro crítico que pode diferenciar os formadores de opinião.

Embora a “alienação” dos jovens seja perceptível em termos de seu processo diferencial de socialização (hoje cada vez menos em espaços como a família e a escola e cada vez mais via internet e outras tecnologias), as demandas mais frequentemente apontadas exibem coerência. O momento atual configura um quadro de transição em que aspectos materialistas ainda são importantes, e apontam também para um futuro próximo de crescimento de demandas pós-materialistas. Exemplo é que a chamada “*não é por R\$ 0,20, mas por direitos*” unifica prioridades tanto econômicas quanto normativas.

Neste sentido, se acham elementos imateriais como “ética na política”, decência, moralidade e questionamentos quanto à representatividade dos partidos e instituições democráticas. Tais demandas não sintetizam uma agenda efetiva. A preponderância das iniciativas do Governo Federal em lançar projetos e medidas visando coibir a corrupção reforça o traço da dispersão deste sentimento difuso que vai muito além da categoria juvenil.

Por seu turno, protestos de minorias, como movimento LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e simpatizantes) e “Marcha das Vadias” possuem alta reverberação na opinião pública e meios midiáticos. Tais grupos representam o pós-materialismo em sua resistência contra a agenda conservadora e “fundamentalista” da Câmara dos Deputados, que tem em legisladores como Marco Feliciano (PR) e Jair Bolsonaro (PP) os protagonistas do ataque às instituições do Estado Laico.

2.5. Redes sociais e influências internacionais

O protesto contra a baixa qualidade das políticas públicas tornou-se lugar comum nas redes sociais pelo fato de ser algo rotineiro na vida real dos

indivíduos e grupos. Embora seja vista com expressão distorcida, a diversidade de conteúdo com esta temática tem relação com a experiência cotidiana. Exemplos são inúmeros: críticas aos fatos do ex-presidente Lula ter feito tratamento de câncer em hospital particular ao invés do SUS, do salário dos professores comparado aos dos deputados, das denúncias de condições de trabalho nas escolas, do descaso com a segurança pública e os excessos policiais, dentre outros.

O que as manifestações demonstraram é que o fato destes problemas serem a muito conhecidos mostra que as redes sociais tornaram-se um meio de difusão da insatisfação e da manifestação política. O fato é que o apelo à participação engajada teve efeito concreto a partir do instante em que os governos reprimiram as manifestações. Como que numa profecia que se cumpre por si mesma (*self-fulfilling prophecy*). Na visão dos participantes, a repressão policial às manifestações serviu para confirmar os prognósticos negativos previamente existentes, criando uma “área de igualdade” ou “identidade coletiva” entre indivíduos e grupos variados, enfatizando o imperativo de solidariedade e de resposta à altura².

O principal erro por parte dos governos foi menosprezar as opiniões expressas nas mídias sociais. Tal posicionamento é um ponto de vista ancorado em uma visão geracional que vê essas posições como residuais frente à dos movimentos sociais e instituições representativas. Ainda que com custos menores do que ir às ruas, compartilhar, escrever ou marcar positivamente uma postagem opinativa deve ser vista com uma manifestação. Todavia, os limites para tais manifestações referem-se à dispersão temática, ao baixo comprometimento (preferência sincera) e à frouxidão dos vínculos, pertencimentos e lealdades do mundo dito “pós-moderno”. A maior fonte de pressões da opinião pública virtual ocorre quando há centralidade e associação

² Ver PIZZORNO, 1966, 1968.

com a atuação governamental, mudando a postura dos gestores políticos pelo temor quanto aos efeitos nas eleições de 2014.

As manifestações mostraram o imbricamento das conexões entre o que se convencionou chamar “ativismo de sofá” e o “ativismo das ruas”. A não hierarquização das redes sociais expressou-se no ativismo presencial. Hardt (2013) chama a atenção para o “Poder Pestituente” das manifestações e a emergente “multidão” – autoconsciente como tal – como fenômeno incapaz de ser contido pelos partidos, lideranças e governos (ver também HARDT; NEGRI, 2009; HARDT, 2005). Enquanto meios, tecnologias de redes sociais possibilitaram horizontalidade e pluralidade, expressando formas de resistência às relações hierárquicas de poder.

Neste sentido, singularidades e similaridades podem ser encontradas a depender da comparação de lugar, indo dos EUA, à Europa, e aos países árabes e, agora à América Latina, e o Brasil. Embora apresentem sucesso relativo em contrapor agendas e destituir governos, a grande dificuldade desses movimentos, afirma, é em gerar alternativas que se poderia chamar “constituintes”. Ainda assim, o conteúdo pragmático é distinto. Lutas antiglobalização nos EUA e Europa contrapunham-se fortemente à perda de direitos.

O que se apontou como Primavera Árabe apresenta componente de luta contra regimes políticos de restrição das liberdades, ou mesmo o temor quanto à islamização, como é o caso da Turquia. No Brasil, ao contrário, mesmo sacudindo a sociedade, as manifestações não chegaram a configurar nem *Poder Destituente*, nem Constituinte. Os efeitos, em ambos os casos, referem-se aos impactos de médio e longo prazo dessas manifestações.

A interpretação convencional do caso brasileiro é que a substância dos protestos relaciona-se à demanda pela expansão de direitos, sendo seus efeitos imediatos a queda vertiginosa de popularidade dos governos, com possíveis impactos nas eleições em 2014. A questão é que as manifestações são um

claro desafio às instituições governamentais e partidárias que, vistas como ineficientes, oligarquizadas e dissociadas desta nova geração, veem-se obrigadas a dar resposta a uma miríade de problemas.

A relação entre ativismo e novas tecnologias desloca cada vez mais o papel informacional para sujeitos anônimos e difusos na sociedade, desafiando a centralidade das mídias clássicas. Os jornais e a TV têm menos espaço a cada dia para a produção e disseminação de informações no conjunto da sociedade. A reputação dos meios de comunicação empresarial é confrontada com vídeos e fotos dos próprios participantes das manifestações e suas redes.

Esta componente tecnológica, expressa pelas redes sociais, aparelhos portáteis e incentivo à produção em massa exhibe dimensões de individualização crescente, mas também de identidade compartilhada, tendo menos a ver com hierarquia e sim com compartilhamento de pontos de vistas e conteúdo. Rotular os jovens do ponto de vista do uso de tecnologias (*tablets*, *smartphones* e redes sociais), como a chamada “Geração Y”, em detrimento ao modo como esta geração compreende a política e sociedade de modo autônomo e menos hierarquizado, bem como enquanto consumistas-esquerdistas fúteis, superficiais e inconsequentes (“esquerda caviar”) constitui-se em óbvio reducionismo, dado que eles meramente exibem comportamentos de saída (“*exit*”) e não de lealdade à mídia corporativa e seus veículos.

O que importa é que a democracia refere-se à confiança em conteúdo compartilhado e simples comentário às postagens das redes, que confronta-se diretamente com autoridade unidimensional dos canais de TV e jornais de grande circulação. O ataque frontal à Rede Globo evidenciou o grau de descrédito das empresas de comunicação. De certo modo, colhem por parte da população um desprezo igual ao que difundiram contra a política e as instituições.

3. O passado presente

3.1. Gerações rápidas

Questões relacionadas à juventude ganharam relevo recentemente, e os protestos realçam mais ainda a demanda por estudos capazes de ir além do nível descritivo. Configurando uma agenda clássica iniciada por Mannheim (1928, 1952; ver também WELLER, 2010), trata-se de responder questões mais amplas, como processos comuns de socialização, vínculos e conflitos, oportunidades sociais, vivência em grupos, identidades e expressões culturais e coletivas. Muito mais que traçar perfis, trata-se de compreender como os jovens consideram sua vivência em termos de obstáculos e oportunidades, e como se colocam como cidadãos, seu engajamento ou alheamento das instituições.

Neste sentido, o volume das manifestações apontou mais do que a precariedade da infraestrutura de serviços públicos: ela identificou os governos como lenientes ou provocadores. Protestos podem ser vistos como um “termômetro” de conformidade social da população e das novas gerações com a ordem social mais ampla. No primeiro caso, os mesmos têm tido apoio de vários segmentos sociais que, por estarem vinculados diretamente ao sistema produtivo ou serem por demais pauperizados, exibem menor disponibilidade para o ativismo político direto, passando a apoiar via opinião pública. No segundo caso, as manifestações quebram a imagem de letargia e apatia política da juventude. Os novos eleitores expressam uma identidade coletiva distinta das gerações que lutaram contra a ditadura e pela redemocratização. A atual geração exige uma reflexão distinta da construção democrática, e assim sendo a pergunta analítica se torna: “que identidade sóciopolítica é esta?” E, o que é mais óbvio: “como lançar um questionamento ao atual diagnóstico de ‘comodismo’ das gerações anteriores em face dos problemas atuais da democracia?”.

Num esboço de resposta constatamos que tal geração não lutou contra a ditadura em 1968, não marchou pelas “Diretas Já” (1983-84), não participou do “Fora Collor” (1991), não protestou contra privatizações e reformas neoliberais nos anos 1990. A mesma desconhece o regime de exceção e as privações materiais dos anos 1970-80, a hiperinflação, o “ajuste estrutural” e o desemprego dos anos 90. Genuinamente nascida na democracia, e alcançando proeminência com a ascensão de governos de centro-esquerda nas últimas duas décadas, também não se vê como tributária dessa tradição de lutas pelo simples fato de não ter sido socializada politicamente naquelas conjunturas da democracia brasileira.

Em outras palavras, a agenda desta geração fecha o ciclo de lutas pela redemocratização e tensiona decisivamente para a qualidade das políticas públicas e políticas de reconhecimento. Embora não inicie o ciclo de reivindicações “gerenciais” ou pós-materialistas, as manifestações abrem este novo ciclo face à uma baixa permeabilidade institucional. O caráter de ruptura se dá, mais precisamente, pelo fato dessa geração estar fora do âmbito do enquadramento eficaz das instituições e dos movimentos sociais clássicos e dos partidos.

Em face da oligarquização e baixa permeabilidade dessas organizações, a crescente batalha midiática entre opositores e defensores do atual governo e seu legado, abriu-se um fosso onde parte da nova geração moveu-se para além da dicotomia ideológica, culpando ambas as posições indistintamente. Tratar-se-ia, em termos de valores e crenças, de um eleitorado mais escolarizado, mais individualizado, materialista e consumista, no qual a pluralidade de subculturas juvenis oferece suporte a novas linguagens e estilos de vida.

Tal público, sobretudo urbano, é mais exigente diante do Estado e menos tolerante a desvios de conduta dos representantes e mandatários (conforme os achados do *survey* analisado por ALMEIDA, 2004). Todavia, a orientação ideológica resultante deste processo e sua relação com as

instituições democráticas tem sido visto como controversa. A mobilização dessa minoria expressa o descontentamento difuso, e certamente exerce influência no posicionamento do conjunto do eleitorado, mas é difícil mensurar a magnitude e a latência deste impacto já nas eleições 2014 e nas subsequentes.

Vendo as interpretações correntes como um fetichismo da tecnologia, e mais precisamente como uma expressão do “pensamento mágico” que conecta informação com poder, Chauí (2013 a, b) tem sido uma das vozes céticas quanto às consequências progressistas das manifestações, e chama a atenção para os aspectos de recusa aos meios, transformação das manifestações em eventos, a indiferenciação e o déficit de identidade de classe.

Assim sendo, a resposta à questão cabe às instituições políticas vigentes, as quais têm sido pouco eficazes em enquadrar os problemas em termos de efetividade da lei e da necessidade de ordem pública. Os dados mais recentes de pesquisas de opinião pública revelam que os governos que ordenaram maior repressão policial usaram as forças policiais como “coveiros” de sua mesma credibilidade (IBOPE; CNI, 2013). Ausência de canais de diálogo e força desproporcional tem reforçado a posição de grupos extremistas.

Em que pese a repressão policial ter levantado propostas de desmilitarização das polícias (FARIAS, 2013), o movimento às vésperas da Copa do Mundo tem sido no sentido de expandir o papel de polícia por parte das Forças Armadas. A reação militarizada sinaliza ser o padrão frente às manifestações. Esta parece ser a resposta institucional a ser inferida pelo teor e pelas implicações de recentes documentos oficiais (Cf. MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013).

Pode-se dizer assim que há seis aspectos vinculados. Trata-se, primeiramente, da temporalidade: as novas gerações vivem num “*presente contínuo*” (conforme HOBBSAWM, 1995), demandam respostas institucionais

mais rápidas e terminam por descontar efeitos futuros de suas escolhas. Na modernidade, os cidadãos, as instituições políticas e os agentes políticos operam em temporalidades nem sempre lineares, e nem sempre convergentes.

Os agentes de que falamos operam em tempo curto e refletem compromissos tácitos entre segmentos estruturados fora do jogo político daquelas. Em resumo, as instituições são significativamente lentas, e isto constitui-se em problema, dado que têm elas operado de forma muito mais defasada face às mudanças recentes. O segundo aspecto reflete-se na estrutura de compromissos.

O extrato juvenil encontra-se diluído entre diversas identidades moldadas no (e pelo) consumo ou nas redes sociais e precariamente vinculado ao mercado de trabalho formal e aos movimentos sociais e políticos tradicionais, e com laços também precários e baixa lealdade às instituições e lideranças políticas. Recuperando a contribuição de Mannheim (1952), trata-se da emergência de uma geração juvenil que torna urgente uma sociologia mais profunda da juventude brasileira, com implicações profundas na governança e do papel das instituições.

Embora o desemprego tenha se reduzido na última década (Cf. NERY 2008), isto não significa que sindicatos, partidos e movimentos sociais tenham absorvido tais segmentos em sua estrutura organizacional, e isto sinaliza, evidentemente, a fragilidade destas instituições. Este é o terceiro ponto. A baixa capacidade de respostas das instituições tradicionais frente aos problemas existentes criou um campo para manifestações não “tuteladas” por elas. É nesse sentido que a taxativa de “*alienação*” da juventude merece qualificação adequada para que possa ser levada a sério.

Em quarto lugar, e de modo mais profundo, as ações coletivas adquiriram caráter espontâneo e explosivo no vácuo das instituições tradicionais. Tal dimensão “anti-institucional” não implica em anarquia: o cotidiano de assembleias presenciais e virtuais para sistematização de pautas

de reivindicação direcionadas aos legislativos e executivos demonstram que a pressão dirige-se a estas instituições, reconhecendo (intencionalmente ou não) sua legitimidade e eficácia. Aqui, para usar os consagrados termos Hirschman (1970), é como se a “*voç*” (protesto) operasse a favor da “*lealdade*”.

Em quinto, a polarização ideológica entre governo (desde 2003 sendo do PT) e oposição (PSDB/ DEM, e outros) e a confusão ética resultante de escândalos de corrupção levou a comportamentos distintos nos últimos anos. Uma minoria se posicionou em prol de uma ou outra, e embora a maioria tenha se posicionado de modo apático, o que importa é que uma minoria conjugou a negação de ambas as forças com um ativismo político, sendo que essa última passou a sobrepor-se à apatia política em meados de 2013. É difícil prever as consequências da junção entre um ativismo polarizado esquerda/direita e a negação de ambos em 2014, mas é certo que o extremismo anti-partidário tem preocupado à medida em que ganha relevância.

Em sexto, as elites políticas de ambos os lados do espectro ideológico, apegadas ao tradicional “jogo de compromissos” e acomodação, estiveram pouco atentas às manifestações e apresentaram baixa capacidade de reposta imediata - exceto a repressiva. Inauguraram *outdoors*, peças publicitárias e desengavetaram planos de melhoria urbana. Algo que dificulta o diálogo e cristaliza a impressão de má fé vai além da diferença de idade entre representantes políticos e este eleitorado. Trata-se das diferenças de linguagem e percepção quanto à possibilidade de comunicação. Os gabinetes ou o plenário e a rua falam línguas distintas. Logo, a ação policialesca decorreu do déficit de compreensão da fenomenologia dos agentes e de coletividades políticas que vem se formando antes e no curso das manifestações.

De modo mais preocupante, há fortes indícios de diferenças de linguagem e compreensão da realidade que aprofundam o fosso entre esta nova geração e a representação política. Cumpre enfatizar que, nesta e nas

próximas duas décadas, o Brasil atravessa o fenômeno da transição demográfica, ou “bônus demográfico”, verificando-se tanto a redução das taxas de natalidade quanto um peso maior dos jovens na População Economicamente Ativa (PEA). Esta população jovem, mais escolarizada, e que ingressou no mercado de trabalho na última década oferece um peso eleitoral e econômico na sociedade devido à redução da dependência intergeracional (de crianças e idosos). Porém, esta mesma geração já se opõe em vários aspectos ao *status quo* político. Tem-se assim instituições sem adaptabilidade diante de uma geração que vivencia suas experiências em aceleração.

3.2. Instituições lentas

Poderíamos dizer que em uma interpretação *a la* Huntington (1975), *strictu sensu*, não houveram ataques às instituições, mas um questionamento à capacidade de representação. Elas adquiriram caráter massivo na medida em que as instituições – e os atores a sua frente - apresentaram baixa capacidade de previsão, processamento e resposta às demandas sociais. Contudo, diversamente, seja em termos de mudanças legais e de políticas públicas, as respostas rápidas das instituições após as manifestações mostraram que estas são ágeis quando estão sob forte pressão da opinião pública.

Em contrapartida, são lentas e operam com alto custo quando se trata do jogo usual da representação parlamentar e ação de grupos de pressão. Isso ocorre devido à orientação dos governos, notadamente no âmbito subnacional, para a popularidade no curso prazo. O problema é que temas complexos que envolvem planejamento de longo prazo são protelados. Exemplos nesse sentido são as políticas públicas para mobilidade urbana e qualidade da educação.

Levantamos alguns *insights*. O primeiro refere-se aos efeitos inerciais da crise dos anos 1980 e 1990, que reduziram a capacidade e de planejamento

estatal de longo prazo, aspecto este não sanado plenamente na última década. O segundo (década de 1990) avolumou-se a interpenetração de interesses privados no setor público, *pari passu* com a (terceira hipótese) oligarquização das instituições partidárias, e ambos imbricados com o patrimonialismo no setor público brasileiro.

O efeito conjunto desses fatores minou a capacidade dos governos anteciparem demandas sociais. Operou-se um déficit de institucionalização e engendrou o que denominamos *gerencialismo de fachada* para convivência de discursos de reforma administrativas do setor público convivendo com práticas atrasadas, com resultados modestos e marketing pesado. Mesmo mandatários que advogaram reformas administrativas radicais conservaram fortes traços patrimonialistas decorrentes das máquinas partidárias e sobre seu séquito de cargos comissionados. Tais fenômenos não são novos.

Um dos problemas centrais para a lentidão dos governos em atender o interesse público consiste na assimetria de poder entre diferentes grupos de interesse da sociedade civil vis-à-vis às elites econômicas. No caso do Brasil parte da indecisão dos legislativos sobre temas importantes para a sociedade decorre do desequilíbrio das disputas, em que o financiamento privado de campanhas eleitorais promove o enriquecimento ilícito de quadros e setores da classe política. Quais as razões?

A flexibilidade ética dos agentes públicos constitui-se, via de regra, em critério de mobilidade social ascendente aos que aspiram tornar-se representantes eleitos. Mandatários conservam relações promíscuas com elites econômicas, e relações oligárquicas dentro da máquina partidária que se transmutam em patrimonialismo nos governos. Medidas como a Lei de Acesso à Informação, espaços de participação e redução do número de cargos comissionados reduzem mais a distância entre eleitores e elite política do que atacam as subvenções dos mandatários. A identificação desse problema como

nodal levou a quatro votos de ministros do Supremo Tribunal de Federal a suspenderem o financiamento privado (ABREU, 2013).

A partir de conceitos como anomia (DURKHEIM 2002) e oligarquização (MICHELS 1982) aplicados aos países que entraram no ciclo de modernização pós II Guerra Mundial, Huntington (1975) apresenta uma posição comedida sobre as sociedades em mudança. Para este autor o estágio avançado da modernidade é a institucionalização, o que pressupõe governança, capacidade de resposta, adaptação, renovação e permeabilidade. Diversamente, a modernização ocorre em paralelo com a maior velocidade das transformações sociais, e isso eleva a percepção das gerações mais jovens da ineficiência estatal.

Os jovens não veem como legítimas as práticas, usos e costumes na relação Estado-sociedade a que seus pais ao longo da vida resignaram-se a aceitar. Os jovens contestam a legitimidade e a prática política antes vista como tradição. A institucionalização vai além da existência de regras, normas e obediência destas; trata-se do reconhecimento social da legitimidade dos governos. Ocorre que a oligarquização nas sociedades em mudança sinaliza no sentido inverso à modernidade, ou seja, para a baixa permeabilidade, ossificação, baixa renovação e baixa capacidade de resposta, corroendo o lastro de legitimidade dos governos e ameaçando a democratização.

O déficit de representação traduz um hiato entre as elites políticas e sociedade, recuando a institucionalização e elevando o número e intensidade dos conflitos. Paralelamente, a melhoria nos padrões de vida e maior escolarização elevam a associação entre problemas cotidianos com a responsabilização dos governos, apontando para a emergência do eleitorado mais exigente e menos tolerante a desvios do poder público. A orientação para o comportamento ideológico é maior também nestes contextos (NORTH, 1981; PIZZORNO, 1968).

Das cinco metas propostas pelo Governo Federal a mudança das regras eleitorais tem sido a menos abordada nas manifestações. O fato é que propostas de reforma política são levantadas em períodos de crise política e desvanecem em anos eleitorais. Mudanças tangenciais são aprovadas pela impossibilidade de serem criadas maiorias legislativas. Maior consenso ocorre quanto à redução do acesso dos novos partidos ao tempo de TV e fundo partidário (BRASIL 2013; CONGRESSO NACIONAL, 2013).

Os partidos agem no sentido de protegerem seus mercados eleitorais e reduzirem a fatia de mercado das agremiações partidárias adversárias. É emblemático, portanto, que na medida em que o *status quo* seja questionado a reação se dê para fortalecer o status quo das oligarquias partidárias. Esse cenário confirma os prognósticos de diversos estudos no sentido da oligarquização e menor controle dos governados sobre os governantes (MICHELS, 1982; SANTOS, 1989).

A versão brasileira da “Lei de Ferro das Oligarquias” colide diretamente com a experiência política das novas gerações. A baixa confiança institucional e baixo engajamento em movimentos sociais, partidos e grupos de pressão conviverá com a elevação do ativismo político, ao passo que aprofunda-se o caráter não institucional das manifestações. O bônus demográfico juvenil apresenta clara vantagem econômica, mas risco político em face da baixa permeabilidade institucional a essa geração.

Exemplo do déficit institucional decorre, por exemplo, de que propostas aprovadas – vide as legislações que destinam royalties do petróleo do Pré-Sal para a educação e que transformam corrupção em crime hediondo - não são contadas necessariamente como êxitos. Isto decorre porque os operadores das instituições não devem esperar mudanças de ânimo da população, mas devem ser artífices desta mudança. Esse comportamento sinaliza que essas instituições precisam mudar, caso contrário perderão legitimidade. Porém, se as organizações persistirem lentas e com baixa

permeabilidade, serão vistas como corruptas e pouco responsivas e terminarão por reduzirem seu lastro social, gerarem inadequação estrutural e, por fim, abrindo espaço ao extremismo.

Ao mesmo tempo, os governos estão sendo desafiados a manter suas bases no Legislativo. Assim, a desconfiança e o pessimismo precisam ceder a uma perspectiva proativa por parte do Executivo, aperfeiçoando as políticas públicas via planejamento estatal. Mas não é certo que isto se dê. Para tanto precisam implantar agendas positivas, mas podem ousar mais face à incerteza política generalizada. Se forem capazes de “absorver a energia das ruas” e gerar políticas eficazes, corresponderão às expectativas sociais, contribuindo para a revitalização e o fortalecimento da democracia.

4. Considerações Finais: das Ruas às Urnas (2013-2014)

O efeito imediato das manifestações se deu na queda da popularidade dos governos (CNI/IBOPE, 2013) e, em seguida, na definição, aprovação e implantação de propostas que atendessem demandas por qualidade das políticas públicas (ROUSSEFF, 2014a, 2014b), sobretudo mobilidade urbana e educação. Tais políticas consistem em uma tentativa de corresponder a uma situação de incerteza eleitoral do ano subsequente.

Antes destes protestos poucos afirmariam que a presidenta Dilma teria sua reeleição ameaçada. Entretanto, no início de 2014, a mandatária recobra sua popularidade devido ao avanço de algumas políticas e também pelo fato das manifestações atingirem indistintamente governo e oposição - e neste ponto há de se considerar a baixa qualidade da oposição como alternativa política real. Assim sendo, torna-se perceptível a redução do peso do apelo ao carisma e maior ênfase no marketing na avaliação dos governos.

Contudo, o eleitorado demonstra estar mais interessado na efetividade das políticas públicas, embora soe ilusório crer que isso mude consideravelmente a postura dos governos no médio prazo. É também

ilusório crer que uma ação direta via manifestações e um ativismo político via novas tecnologias substituam os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais convencionais. Mas isso não significa que não possam induzir mudanças nestas organizações no sentido de abranger e ordenar essas novas demandas. Agentes clássicos de intermediação e representação já institucionalizados (e em larga medida oligarquizados) temem que organizações extremistas ameacem também seus nichos no ambiente societário e nos governos.

Disto deflui uma questão adicional: haverá ampliação ou restrição da democracia brasileira? É bastante provável que o Brasil seguirá a tradição democrática, porém com mudanças substanciais. As conclusões aqui desenvolvidas apontam em três eixos:

- i. Elevação dos níveis de incerteza institucional, mensurável pela alienação, volatilidade eleitoral, conflito federativo no âmbito de políticas públicas;
- ii. Fechamento institucional decorrente do pesado investimento em aparatos de controle, vigilância e segurança, incluindo aprisionamento, monitoramento da internet;
- iii. Elevação dos investimentos estatais na indústria do entretenimento (jogos esportivos, cinema, televisão, diversões eletrônicas etc.);

Por sua vez, os efeitos em termos de governança são ambíguos, pois os governos podem melhorar pontualmente em uma outra política, porém a melhora generalizada das políticas e da gestão públicas é mais complexa e envolve, além de escolhas trágicas (*tradeoffs* incontornáveis no orçamento público), a mudança da cultura política de parcelas consideráveis da elite partidária. Não se sabe se isso ocorreria independentemente do sistema partidário vigente e cada vez mais povoado por novas e minúsculas legendas (hoje ultrapassando o número de 30), e, mais especificamente, quais os

impactos disto no partido ou coalizão política governante, especialmente no PT, em seus braços corporativistas (CUT, CEBs, movimentos sociais), na *realpolitik* de seus dirigentes e na evolução do estilo de pensamento característico de sua *intelligentsia*.

Deste prisma a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016 seriam os eventos críticos a efetuar um efeito de travamento em trajetória (*lock-in*) a delinear um efeito de subordinação de rota (*path dependency*), na forma de aprendizado e acúmulo de mudanças e elementos na morfologia das instituições do Estado Brasileiro. Independe de quem se eleja este ano, ou de qualquer orientação normativa presente neste diagnostico, para melhor ou para pior, os padrões de governabilidade da sociedade brasileira serão distintos após os eventos esportivos de meados desta segunda década do século XXI.

Por certo, governos estão cada vez mais preocupados em reduzir a paralisia governamental. Porém, essa meta esbarra em elevados custos de transação (WILLIAMSON 1985: 450) nas negociações do Executivo com as coalizões legislativas e os grupos de interesse. Em especial, o pragmatismo exacerbado para manter coalizões frágeis tem sido um argumento em prol da mudança do sistema político. Esta perspectiva afeta diametralmente a teoria do presidencialismo estadual (ABRUCIO, 1998) e requer um tratamento detido dos pesquisadores.

O rol de medidas de segurança que estão sendo planejados para garantir a Copa 2014 e Olimpíadas 2016 sinaliza para uma restrição das liberdades democráticas. No caso de uma reeleição de Dilma, teme-se a emergência de grupos de extrema direita. E no caso da oposição, teme-se que segmentos questionem a nova orientação governamental. Em ambos os casos, propostas legais difusas que tipificam atividades terroristas e definem ações contrárias a estas já se encontram em curso (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013), e em certa medida foram usadas já em meados de 2013 por governos estaduais de distintas orientações ideológicas (cf. BONIFACIO 2013).

Como pano de fundo, há pouco diagnóstico que compreenda que o atual déficit de institucionalização política da atual juventude é um efeito de longo prazo da fragilidade dos mecanismos de socialização política (institucional) de longo prazo que deveria ser provida pelas instituições vigentes. Como é pouco provável que tais instituições se mostrem permeáveis a esse extrato etário, a tendência é de se aprofundar o fosso.

De claro o que se nota nas classes políticas é apenas uma tendência latente ao protelamento de conflito inter-geracional, ao mesmo tempo em que é incerto se teremos uma transição suave ou negociada. Um cenário de ruptura mais drástico depende de fatores da micro-sociologia das organizações, que vai além dos objetivos dessa análise. Os partidos tem à frente o desafio de apresentarem listas de proporcionais que busquem representar essa geração como medida de reduzir mudanças no mercado eleitoral na forma de alienação eleitoral, politização tutelada e não tutelada e extremismo político.

Do exposto acerca das temáticas da reforma política tão centrais nos processos de mobilização coletiva, realça-se a posição da Constituição como um pacto geracional, a qual vem a ser uma ideia muito forte associada às respostas institucionais de longo prazo. Tal compromisso remete ao que determinados autores descrevem como o “Paradoxo da Democracia”. Este se traduz no dilema segundo o qual “cada geração deseja ser livre para criar vínculos para seus sucessores, e ao mesmo tempo não ser vinculada aos seus decisores” (CANOTILHO, 2003; ELSTER, 1979). Equilibrar tal equação dependerá, em parte, dos efeitos de longo prazo das atuais políticas que atingem a juventude.

Referências

- ABREU, Diego. *Para valer em 2014, regra das doações precisa ser votada até julho - Política - Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/12/13/interna_politica,403211/para-valer-em-2014-regra-das-doacoes-precisa-ser-votada-ate-julho.shtml>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- ALMEIDA, Alberto. Cada vizinho cuida do que é seu, o Governo do que é Público. *Insight Inteligência*, v. 25, p. 29–39, jun. 2004.
- ARON, Raymond. *18 lectures on industrial society; translated [from the French] by M. K. Bottomore*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1967. cap. 5, 8, 16.
- BONIFACIO, José R. Do "Onde está o Amarildo?" ao "Onde está a Geopolítica?". Disponível em: <<http://inter-ceptor.blogspot.com.br/2013/08/do-onde-esta-o-amarildo-ao-onde-esta.html>>. Acesso em: 2 dez. 2013.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. *Lei nº 12875, de 30 de outubro de 2013 - modifica o acesso ao tempo de TV e fundo partidário*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/10/2013&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=120>>, 30 out. 2013
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria Normativa nº 3.461 - "Garantia da Lei e da Ordem"*. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014. 19 dez. 2013
- CALDEIRA, Vinicius Brant *et al.* São Paulo: *Crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1976.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.
- CARTA CAPITAL. *Nova classe média incomoda parte da velha classe média, aponta Data Popular*. Artigo. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/nova-classe-media-incomoda-a-velha-classe-media-aponta-data-popular>>. Acesso em: 25 jan. 2014.
- CHAUÍ, Marilena. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. *Teoria e debate*, n. 113, 27 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>>.
- CHAUÍ, Marilena. Pela responsabilidade intelectual e política. *Revista Cult*, v. 182, 27 jun. 2013b. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- CNI/IBOPE. *Pesquisa CNI-IBOPE Edição especial*. jul. 2013
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- DURKHEIM, Émile. *Suicide: a study in sociology*. London: Routledge & K. Paul, 2002.
- ELSTER, Jon. *Ulysses and the sirens*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- FARIAS, Lindbergh. *Proposta de Emenda Constitucional nº 51 2013 - Desmilitarização do modelo policial Polícias*. Brasília. 2013. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=114516>. 24 set. 2013
- FUCS, José *et al.* O arrocho da classe média. *Revista Época*, 00000, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/vida/noticia/2013/06/o-arrocho-da-classe-media.html>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

- HARDT, Michael. *Folha de S.Paulo - Poder - Protestos recusam representação política por uma "democracia real", diz professor dos EUA - 03/07/2013*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1305450-protestos-recusam-representacao-politica-por-uma-democracia-real-diz-professor-dos-eua.shtml>>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- HARDT, Michael. La sociedad mundial de control. *Revista Euphorion*, 2005. Disponível em: <http://www.isel.edu.ar/assets/la_sociedad_mundial_del_control.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire*. Massachusetts. Harvard University Press, 2009.. Acesso em: 24 jan. 2014.
- HIRSCHMAN; Albert O. *Exit, Voice and Loyalty*. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1970.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 9.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Forense Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263–291, 1979.
- MACHIAVELLI, Nicolai. *Discorsi: Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília. : Editora Universidade de Brasília, 1994. Cap. IV, pg's 32-33
- MANNHEIM, Karl. *The Problem of Generations. Karl Mannheim: Essays in the Sociology of Knowledge*. London: Routledge & Keegan Paul, 1928.
- MANNHEIM, Karl. The Sociological Problem of Generations. *Essays on the Sociology of Knowledge*, p. 306, 1952. Acesso em: 24 jan. 2014.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1982. v. 53.
- NERI, Marcelo Cortes(Coord.). *A Nova Classe Média. Relatório de Pesquisa: CPS/IBE/FGV, 2008*. Disponível em: <<http://www.viamundo.com.br/arquivos/fgv.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- NORTH, Douglass Cecil. *Structure and change in economic history*. 1. ed. New York: Norton, 1981.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 1999. v. 16.
- PIZZORNO, Alessandro. Introduzione allo studio della partecipazione politica. *Quaderni di sociologia*, v. 15, n. 3-4, p. 235–287, 1966.
- PIZZORNO, Alessandro. Political exchange and collective identity in industrial conflict. *The resurgence of class conflict in Western Europe since*, v. 2, p. 277–298, 1968.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.
- POWER, Timothy J.; COSTA, Sylvio. *Protestos não ajudarão direita, diz brasileiro*. Brasília. 2013.. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/protestos-nao-ajudarao-direita-diz-brasileiro/>>. Acesso em: 27 jan. 2014, 29 jul. 2013
- ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais*. Página. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 29 jan. 2014a.

ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV*. Página. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Brasília. 24/06/2013. Acesso em: 29 jan. 2014b.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária do Fórum Econômico Mundial 2014*. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-plenaria-do-forum-economico-mundial-2014>>. Brasília. 21/06/2013. Acesso em: 25 jan. 2014. 24 jan. 2014

SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. *El Siglo de Michels. Muerte Y Resurrección - Los Partidos*. Santiago: Flacso, 1989.

SOARES, Luiz Eduardo. *A classe média descobriu a brutalidade policial, que os pobres e negros nunca ignoraram*. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2013/06/a-classe-media-descobriu-a-brutalidade-policial-que-os-pobres-e-negros-nunca-ignoraram-4185349.html>>. Acesso em: 2 ago. 2013.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. *A Classe Média Brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro:Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros; nova classe média ou nova classe trabalhadora?* 1a ed. BH: Humanitas UFMG, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis De. *A democracia na América: leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TOCQUEVILLE, Alexis De. *The Ancien Regime and the French Revolution translated [from the French] by Stuart Gilbert; with an introduction by Hugh Brogan*. London: Fontana, 1971. cap. 16.

VERSIGNASSI, Alexandre. *Como o tomate ficou com preço de ouro – Crash. Superinteressante*. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/blogs/crash/o-caso-do-tomate-de-ouro/>>. Acesso em: 27 jan. 2014. 9 abr. 2013

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Cited by 0019, v. 25, n. 2, p. 205–224, ago. 2010. Acesso em: 13 ago. 2013.

WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institution of capitalism: firms, markets, relational contracting*. New York: Free Press, xiv, p. 450, 1985.

PENSADORES QUE INVENTARAM O BRASIL

Felipe Riccio
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
✉ felipericcio22@gmail.com

A resenha de um livro como o recém-lançado *Pensadores que inventaram o Brasil* coloca-nos diante de certos obstáculos. O primeiro, diga-se de passagem, é a qualidade literária do autor: o texto de Fernando Henrique Cardoso (FHC) tem uma fluidez capaz de, sem sobressalto de quem o lê, ir de um relato pessoal para as mais profundas análises. Um segundo ponto deve ser levantado: os textos encontrados na coletânea foram escritos em épocas distintas, o que exige da leitora e do leitor uma atenção redobrada aos contextos nos quais cada ensaio foi elaborado. Ressaltemos a terceira e não menos importante questão: o posfácio de José Murilo de Carvalho, no qual este autor apresenta importantes contribuições da obra do sociólogo, colocando-nos diante da difícil missão de ir além das veredas abertas pelo seu texto. Sem querer alongar nesses apontamentos anteriores às considerações sobre a obra, por último, salientamos que não vamos nos ater muito às passagens nas quais nosso autor relata as suas vivências com muitos autores das obras analisadas. Isso não quer dizer que elas tenham um valor menor: ali estão trechos importantíssimos da nossa história intelectual. No entanto, acreditamos que eles perdem muito de sua beleza se simplificados por nós, que não desfrutamos dessas vivências tão fecundas, magistralmente descritas por FHC. Somente os olhos de quem vê são capazes de expressar os

sentimentos, como nos ensinou, dentre outros, o clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

Tentando lidar com isso, o nosso intuito será de procurar as ideias força que estão por trás das excelentes interpretações de Fernando Henrique Cardoso ou, em outras palavras, de buscar identificar sobre qual lente se apoiam suas análises. Antes de tudo, cabe ressaltarmos que trata-se da primeira obra de cunho acadêmico do autor após a sua eleição para presidente, em 1994. Entre o fim do primeiro mandato, em 1998, até o lançamento do *Pensadores* foram lançados três livros do nosso autor, todos eles em formato jornalístico, que versavam mais sobre o itinerário de FHC na vida política. Em relação ao *Pensadores*, assim, começemos pelos autores escolhidos para compô-lo: como nos lembrou José Murilo de Carvalho, há uma forte presença da USP – sendo que Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e, em menor medida, Caio Prado Júnior foram formados e formadores dessa instituição –, enquanto outros centros de estudos coevos não tiveram autores contemplados, como é o caso do ISEB¹. Para além da USP encontramos a CEPAL², instituição que teve impacto sobre a formação de FHC e que, na obra, é representada pela análise do livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*.

Seriam, ainda seguindo as pistas de José Murilo, autores de preferência de Fernando Henrique, pelos quais ele cultivava “amizade, empatia, admiração e reconhecimento”. Estes assim se subdividiriam: aqueles pelos quais FHC tem afinidades intelectuais e afetivas (Florestan Fernandes, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda); outros com quem ele guardaria afinidade de ideias (Joaquim Nabuco); e dois que se encontrariam fora desses espectros (Gilberto Freyre e Raymundo Faoro). Um autor não citado por José Murilo nos chamou a atenção: Paulo Prado. Apesar de ter sido dedicado a ele um

¹ Instituto Superior de Estudos Brasileiros

² Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

texto curto, datado de 1978, o movimento de ideias do qual o autor faz parte é recorrentemente trazido à tona em diversos textos. Se nos atermos a essas passagens, portanto, veremos que Fernando Henrique tem pouquíssima afinidade eletiva com o modernismo brasileiro. Como esses extratos se encontram tanto em textos de fins da década de 1970 como nos textos de 2009 e 2010, podemos supor que há certa linearidade na crítica ou, em outras palavras, que a objeção do nosso autor não variou ao longo da sua trajetória intelectual.

A pergunta feita por FHC é a seguinte: como uma obra, hoje quase esquecida, pôde ter tamanho impacto, sendo considerada, inclusive, “revolucionária” em sua época? Para ele, Paulo Prado teve esse respaldo por escrever num contexto de consolidação do modernismo brasileiro, período no qual a “descoberta” do Brasil tinha que sublinhar as características que acreditavam ser próprias do nosso povo, ainda que, para se forjar esse “*blend*”, elas se apartassem do “belo”. Mesmo quando manejada pela genialidade andradiana, para o sociólogo paulista, o voo modernista seria de curto alcance: poderia ter impacto para a literatura pelo seu caráter estético, mas seria incapaz de deitar raízes mais profundas para o conhecimento do país, deixando-se levar pelo sopro do tempo.

Se o único ensaio do modernismo analisado por FHC foi a obra de Paulo Prado, as referências ao movimento perpassam outros capítulos do livro. Quais os fundamentos principais dessa crítica? O ponto de partida talvez esteja nas raízes do próprio autor. Estudante e professor da USP, Fernando Henrique endossa a crítica da tradição uspiana de atacar tudo aquilo que se remetesse ao nacional em todas as suas matrizes, o que, destarte, expande o leque de autores criticados para além do modernismo. Decerto, aqui, temos que fazer os devidos ajustes: nos textos publicados após a década de 1990, as críticas a Gilberto Freyre são menos duras, com elogios a um certo academicismo, a lembrança de como ele se antecipara a *École d'Annales* ao

relegar grande peso à vida privada, ao cotidiano, num itinerário que vai se descentrando da aridez da política imperial em direção às relações no interior da Casa-Grande. Ainda assim, não deixa de sublinhar o caráter quase mitológico que se encontra por trás da tentativa inventiva de delineamento de um caráter nacional a partir da miscigenação. Ao fazê-lo, justifica-se de não querer “desmitificar” a obra, pois esboça – assim como *Macunaíma!* – uma caracterização nacional que, embora criticável, “é por nós querida”. Como ressalta mais de uma vez, a pauta centrada no nacional teria ficado para trás, não daria conta das complexas relações planetárias que vivemos na Nova República.

Sob esse enfoque, o modernismo, assim, não deixa de receber boas doses de críticas. Já no primeiro ensaio do livro, ao comparar o “cosmopolitismo” de Joaquim Nabuco ao “nacionalismo” de Mário de Andrade, Fernando Henrique salienta que “os novos tempos favorecem” àquele, detentor de um olhar mais perspicaz para a compreensão “da nossa presença no mundo”. Conectado com a objeção ao nacional, o fio condutor dessa análise é o cosmopolitismo que encapa as ideias de FHC: Nabuco, num momento de consolidação do Estado brasileiro, fazia projeções para além da sua época ao colocar em discussão quais seriam os limites da soberania nacional. Esta não poderia estar em desacordo com o bem-estar e com a segurança dos demais povos. Daí a sua atualidade: no contexto atual de grande ampliação da relação entre as culturas, as escolhas de Nabuco parecem ir de encontro com os partidários da consciência internacionalista, focada nas teias planetárias que vivemos. À soberania nacional é relegada uma apreciação altamente negativa, tenho em vista que, na visão do sociólogo uspiano, ela é chamada à cena, na maioria das vezes, para encobrir algum tipo de impunidade.

Parece-nos que aqui há uma concordância entre o nosso sociólogo e Silvano Santiago, organizador da importante coletânea nomeada *Intérpretes do*

Brasil: na acepção de ambos, Mário aparece como um nacionalista literário, o que turvaria a sua visão para o lugar do Brasil no mundo. É provável também que a crítica de Mário ao liberalismo e à sociedade de mercado soe mal nos ouvidos do nosso sociólogo, o que lhe faz duvidar da agenda andradiana de singularização civilizatória na qual, absorvendo o mundo, possamos singularizá-lo.

Na esteira dessas noções, fazemos algumas modificações em nosso itinerário, no sentido de adentrar um pouco mais nas camadas do pensamento de Fernando Henrique. As dúvidas sobre a perenidade das obras literárias e a rejeição ao modernismo podem nos ajudar a falar um pouco de Antonio Candido. José Murilo ressaltou um ponto importante: o livro de FHC opta pela análise de *Os parceiros do Rio Bonito* em detrimento de *Formação da literatura brasileira*, o que recoloca em discussão a obra menos comentada do autor, sua tese de doutorado. Devemos acrescentar: Fernando Henrique, a partir disso, prefere abarcar a obra mais próxima das Ciências Sociais ao invés de se debruçar sobre a obra de literatura: entre, de um lado, os padrões sociológicos e, do outro, as fugas dos tipos e a subjetivação literária, ele parece não hesitar.

A tese de doutorado de Antonio Candido, ademais, liga-se à articulação do “mundo caipira” com o “mundo capitalista”, num sentido que pode extrapolar os contornos meramente nacionais ao partilhar uma problemática global: a relação entre campesinato e capitalismo. Sem querer, provavelmente, fazer uma crítica ao seu antigo mestre e grande amigo, ele prefere não analisar a *Formação*. Nesta obra, frisemos, Antonio Candido apresenta forte ligação programática com Mário de Andrade: é possível pensar em suas obras como tentativas de analisar a formação da cultura brasileira por meio da sua identidade problemática, numa epopeia que deságua na busca do seu lugar no mundo a partir das nossas potencialidades civilizatórias.

Ao lado da crítica ao nacional e do liberalismo democrático, observamos, portanto, outra camada constitutiva das ideias de Fernando

Henrique: apesar de cultivar as obras literárias, ressaltando sempre a importância estética de tais esforços, a predileção do autor está no “núcleo mais rígido” – se é que assim podemos denominá-lo – das Ciências Sociais. Pode estar aqui um legado de Florestan Fernandes, seu mestre, orientador de tese, amigo e um dos pilares da institucionalização da sociologia no Brasil, que, malgrado tenha escrito um ensaio numa de suas últimas obras, nunca deixou de cindir arte e ciência de maneira quase estanque, deixando pouca possibilidade de diálogo entre ambas.

Lembremos que Florestan demarcava, com certa rigidez, fronteiras entre os aspectos literários, sempre envoltos, para ele, em demasiada licenciosidade e o trabalho sociológico, elaborado por meio de alto rigor teórico e metodológico, onde as qualidades dos textos ficavam relegadas a um plano marginal. Não foi por outro motivo que, em 1952, na resenha que fez do livro de Gilda de Mello e Souza, *O espírito das roupas: a moda no século XIX*, para a Revista Anhembi, após sublinhar alguns aspectos positivos, não deixou de remarcar os efeitos negativos que a liberdade de expressão causava à obra. O livro é marcado por uma prosa instigante. O que apareceu à época como uma obra de sociologia estética aos olhos de Florestan se encontrava fora do escopo científico que ele pensava para as ciências sociais. Somam-se a isso, decerto, a assimetria de força das mulheres no âmbito acadêmico e o “estranho” tema da moda, quase a antípoda do tema central de Florestan, a guerra, como bem lembrou Heloisa Pontes.

Podemos extrapolar: no pequeno texto sobre as *Raízes do Brasil* – e que pode ser notado também em outras passagens sobre as ideias de Sérgio ao longo do livro –, este aparece como o primeiro empreendimento de êxito do autor, sendo imprescindível para, mais preso às raízes histórico-sociais, escapar do biologismo que imperava nos idos da década de 1920. FHC ressalta também a discussão em torno do conceito de “homem cordial”, trazendo à tona a polêmica com Cassiano Ricardo, na qual Sérgio aponta para

o sentido etimológico da palavra, fugindo, destarte, de qualquer ligação com a bondade. Não há, porém, em nenhuma passagem, a lembrança de Sérgio como teórico do modernismo e crítico literário, ângulo bem explorado por Alexandre Eulálio em seu belo texto intitulado *Antes de tudo, escritor*.

José Murilo nos lembrou em seu posfácio que a influência de Florestan, o rigor metodológico e teórico, talvez tivesse influenciado FHC a não cair na esterilidade de um marxismo doutrinário, como tantos outros autores coetâneos a ele. Acreditamos que, para além disso, o nosso sociólogo tenha guardado de seu antigo orientador a crença na menor solidez dos ensaios e também das dimensões estéticas das Ciências Sociais. Nessa tentativa de fazer uma arqueologia do pensamento de Fernando Henrique, essa dimensão nos ajuda a compreender, em parte, as críticas ao modernismo, a Gilberto Freyre – atenuadas nos textos mais recentes, mas, lembremos, um dos atenuantes aponta no sentido da solidez acadêmica – e também um dos princípios utilizados na seleção dos *Parceiros do Rio Bonito*.

Ainda que estejamos certos em relação a essa dívida intelectual, algumas ressalvas nos parecem necessárias: nosso autor sempre foi muito cioso de sua autonomia intelectual. Isso fez com que as heranças intelectuais se deparassem sempre com um prisma que refrata nuances particulares, ainda que nutridas pelo raio irradiador. Se recebeu os ensinamentos de seu orientador, devemos ressaltar, entretanto, que o fez à sua maneira, dando à economia um *lôcus* privilegiado. Elegeu desde os tempos de faculdade a temática econômica como pano de fundo mais nítido dos seus estudos.

Parecia, desde então, crer que essa é a melhor maneira de liquidar a subjetivação e de aportar conhecimentos que não se esfaçem aos primeiros ventos. Ao analisar a *Formação do Brasil Contemporâneo* e a *Formação Econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior e de Celso Furtado, respectivamente, o seu apreço pelas análises econômicas salta aos olhos.

Caio teria, a partir de base histórica, desvendado as “estruturas sociais e econômicas da Colônia”. Fugindo da explicação que se apoiava nas raízes feudais da colonização, ele se concentrara nas teias do capitalismo comercial em expansão para, a partir dela, tecer os fundamentos das colônias de vocação comercial assentada na agroexportação de cunho escravista. FHC sublinha um outro aspecto importante da obra desse historiador: o autor teria, despretensiosamente, formulado um panorama acabado a partir da *Formação e da Revolução brasileira*. A partir desta última, completaria a análise de como o passado colonial se refez no Brasil da segunda metade do século XX: se não éramos mais uma colônia, não podíamos nos dizer um país capitalista, pois ainda esbarrávamos na grande dependência econômica e na arcaica industrialização, ainda vinculada ao exterior, o que impactava na reformulação do capitalismo no campo. Aí está um ponto de inflexão entre Caio e Celso: para este, o peso do passado seria menor, tendo em vista que, a partir de 1930, haveria um processo de industrialização que solaparia o antigo modo de relações econômicas por meio da substituição de importações. Para a análise do período em que viviam, no entanto, ambos partilhavam da descrença sobre a possibilidade da burguesia nacional fazer a nossa “revolução”.

A descrença nas potencialidades da nossa burguesia talvez tenha influenciado Celso Furtado a traçar os planos de desenvolvimento da SUDENE³. Aplicando muito das discussões cepalinas e sob forte apoio na teoria keynesiana, ele lança mão de uma prática que desagrade Fernando Henrique, demarcando, portanto, um ponto de dissociação com o pensamento furtadiano: a precedência das questões relativas à demanda agregada e dos incentivos governamentais sobre a dinâmica do capital. Sobretudo no texto sobre a *Formação Econômica do Brasil* de 2009, as premissas liberais do nosso sociólogo não viam com bons olhos a centralidade dada ao

³ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Estado no delineamento do plano econômico de desenvolvimento do Nordeste.

Vamos à relação de FHC com o Estado via sua interpretação da obra de Faoro. O longo artigo sobre *Os Donos do Poder* pode causar espanto na leitora e no leitor que se deparar, sem prévio aviso, com o texto. Quem espera – pois já quase se tornou uma praxe – um ataque contundente à obra, não irá ali encontrá-lo. Isso traz muitos aspectos positivos, pois esse reencontro mais aberto com o pensador gaúcho permitiu que FHC nos desvendasse pistas de sua arguta leitura: ele nos lembra que há, em Faoro, uma das melhores análises sobre a estrutura sociopolítica do Brasil oitocentista. O enfoque sobre os burocratas, segue Fernando Henrique, não faz com que o autor deixe de lado a trama socioeconômica complexa que se articula com a burocracia. Nesse sentido, ele destaca o capítulo X da obra, na qual Faoro, “numa síntese brilhante”, traçou as linhas de força que moldaram o Segundo Reinado, análise a que somente Sérgio Buarque em capítulos da *História Geral da Civilização Brasileira* esteve à altura. E completa: mesmo sem ser idólatra do Estado, o jurista gaúcho reconhece o papel relevante desempenhado pela burocracia imperial, como o faz ao lembrar que, caso a Independência não fosse conduzida pela “nobreza burocrática”, provavelmente, utilizando os termos dos *Donos do Poder*, se “extremaria no combate áspero, depois do qual reinaria, provavelmente, a caudilhagem anárquica”, como havia mostrado Pernambuco nos idos de 1817.

Assim como os demais intérpretes da obra de Faoro – dentre eles Bernardo Ricupero e Luis Werneck Vianna –, FHC nos lembra que a obra, mais alterada no tamanho do que no conteúdo, sofreu diferentes recepções entre a primeira edição, que saiu em 1958, e a segunda, datada de 1975. No primeiro momento, estávamos diante de anos nos quais, a partir do nacional-desenvolvimentismo, grassava-se um otimismo que deixava pouco espaço para o pessimismo da sobrevivência do Estado patrimonial. Já na segunda, nas

brumas do autoritarismo ditatorial militar, a noção de um estamento militar fazia mais sentido, e os *Donos do Poder* transforma-se, se seguirmos Luiz Werneck Vianna, na principal narrativa de formação do Brasil.

O texto de FHC, escrito em 2013, estaria ligado a qual corrente de recepção dos *Donos do Poder*? Podemos supor que o sociólogo paulista siga os passos da interpretação anti-estadista que, a partir da década de 1990, ganhou forma na pena de Simon Schwartzman, encontrando outros adeptos desde então. Não é de se estranhar o alinhamento de Fernando Henrique, um dos mais importantes intelectuais do liberalismo democrático brasileiro, com essa linhagem interpretativa. Dessa maneira, na esteira dessas ideias, o autor nos apresenta, no final desse artigo, a seguinte indagação: qual seria a importância da interpretação faoriana para os tempos atuais? Para ele, o estamento variou de forma, e hoje não comporta mais as características do corporativismo tradicional. Acionando Philippe Schmitter, lembra que há vários tipos de liame corporativo, estes, portanto, não limitados aos estamentos burocráticos.

A grande questão, para FHC, estaria na análise dos desdobramentos do capitalismo mundo afora, observando como, a partir desse “sistema-motor”, se entrelaçam as forças históricas que se criam independente dele, formando um cipoal complexo para os estudiosos. Para o Brasil, onde o nosso sociólogo vê a permanência do peso do patrimonialismo, sugere que o autor *Donos do Poder*, hoje, dedicaria maior carga de sua pena à sociedade civil e às forças do mercado. Fernando Henrique, no entanto, crê que um certo estamento – mais civil que militar, frisemos – ainda se antepõe ao fortalecimento da ideologia liberal: uma amálgama entre os partidos governantes e a máquina pública se torna uma excelente ferramenta para a cooptação tanto do setor empresarial – via créditos e concessão de vantagens – como dos trabalhadores – estes por meio das bases sindicais e da transferência de renda. O quadro de interdependências mundial – mais uma vez ele! –, expresso na forma

globalizada do capitalismo, funcionaria como o contraponto primordial às tendências patrimonialistas, aponta nosso autor.

À guisa da conclusão

Crítico das perspectivas voltadas para o nacional, desconfiado em relação à perenidade de obras de cunho literário, consolidador importante da agenda neoliberal no plano intelectual brasileiro. Fernando Henrique soube, com grande êxito, relacionar essas perspectivas para fazer uma fina análise das obras do pensamento brasileiro. Depois de sistematizarmos, ainda que sucintamente, a articulação dessas três camadas constitutivas do pensamento de Fernando Henrique, quais seriam os seus limites interpretativos? Em que medida essas interpretações corroborariam o próprio “horizonte de expectativas”, para utilizarmos os termos de R. Koselleck, do nosso sociólogo?

Do ponto da análise dos autores, acrescentemos algumas questões. Podemos notar que a descrença em relação às obras do modernismo, como vimos mais acima, turva a visão de ligações importantes entre o movimento e obras das décadas seguintes. Citemos algumas que nos vieram à cabeça findada a leitura da obra: FHC não observa como a fenda aberta por Paulo Prado, no capítulo intitulado “*Caminhos de Minas*”, da sua *Paulística*, pode ter sido o ponto de partida para que, anos mais tarde, outro intelectual que se formou no modernismo, Sérgio Buarque, escrevesse o grande *Caminhos e Fronteiras*, onde se pode observar o desenvolvimento da temática da posição geográfica de São Paulo e da abertura das rotas terrestres.

O seu cosmopolitismo liberal, por sua vez, deixou de lado – sem nenhuma referência ao autor e à obra – a importante contribuição de Manoel Bomfim para o pensamento brasileiro. Autor que se formara entre autores republicanos franceses, o seu *América Latina: males de origem* consiste na primeira empreitada de fôlego no sentido de se pensar a constituição do

cidadão livre por meio da soberania popular. Seu operador parece se alinhar com a ideia de formação republicana do cidadão e, dessa forma, encontra-se em descompasso com a ideia de aquisição gradual de direitos, tal qual descrita por T.H. Marshall – hoje quase unanimidade dentre aqueles que se debruçam sobre o fenômeno da cidadania no Brasil. Com isso, Bonfim, no início do século passado, parecia ir na contracorrente da perspectiva liberal, ligando a ideia de cidadão ao conceito de liberdade, de participação na confecção do corpo fundamental das leis. Ademais, foi o primeiro pensador a criticar a preponderância norte-americana no continente, lembrando como ela era nefasta para a soberania nacional.

Como maneira de pensar o nosso “novo humanismo” – isto é, quando o olhar do nosso autor se dirige aos problemas e às possíveis soluções para os impasses contemporâneos –, a crítica ao nacional no seu sentido cosmopolitista desemboca num rio sem afluentes: a regência econômica por meio de uma política global parece ser a nossa única saída, a única maneira de fazer um contraponto aos autoritarismos e patrimonialismos que fazem parte da nossa formação.

Navegando por esse rio, Fernando Henrique não deixa espaço para qualquer tentativa de se pensar um projeto de desenvolvimento nacional. Parece, assim, estar desvinculado das ideias de seu amigo dos tempos da estadia chilena, Raul Prebisch, economista-chefe da CEPAL, para quem, já nos idos da década de 1950, o quadro das relações internacionais – alicerçado nos pares centro rico/periferia pobre – se assemelhava a um “sistema global em interesse próprio”. Estaríamos sendo saudosistas ao pensar, na contramão de FHC, que o sistema de relações internacionais, quando desconectado de um projeto de cunho nacional, acaba por acentuar a diferença entre concentração de renda e aumento da pobreza? Ou de pensarmos, ainda, que as assimetrias de forças entre as nações, quando imperam, fazem com que a noção de interdependência não passe de uma lógica reificadora da dominação

e da exploração, como nos lembra Alfredo Bosi? Talvez, para fomentarmos o nosso “novo humanismo”, não possamos prescindir de maneira tão radical das atenções ao plano nacional, não possamos desviar nosso olhar da formação de sujeitos nacionais autônomos.

Que possamos, então, ultrapassar os problemas de uma possível tragédia contemporânea, que acredita ser impossível elaborarmos uma narrativa capaz de projetar o nosso futuro. Essa barreira nos parece já ter sido rompida por Fernando Henrique com o seu “novo humanismo” do texto mais novo da coletânea dos *Pensadores*. Extrapolemos agora as margens desse rio, colocando-o ao encontro de outros rios para, aí sim, formar um humanismo representativo das nossas mais variadas tradições, desaguando na nossa civilização tropical. Nesse sonho de projetar uma República Tropical, não deixemos de lado os ensinamentos de Fernando Henrique Cardoso: nosso *blend*, sem se restringir a ele, não pode prescindir de algumas premissas do liberalismo democrático, que teve, no Brasil, um dos seus voos mais bem sucedidos na pena de Fernando Henrique Cardoso.

Referências

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. 22. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- FERNANDES, Florestan. Resenha de “A moda no século XIX”. *Anbembí*, nº 25, dez. de 1952.
- BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. São Paulo: Topbooks, 2010
- BOSI, Alfredo. *Céu e Inferno*. São Paulo: Editora 34, 2013
- BOSI, Alfredo. *Entre a história e a literatura*. São Paulo: Ed. 34, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. Belo Horizonte: Alameda, 2011,
- SANTIAGO, Silviano. *Intérpretes do Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Deivison Souza Cruz é cientista social pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestre em Ciência Política. É professor do Centro de Estudos Universitários de Vitória no curso de Pós-graduação em Criminologia. Apresenta domínio de metodologia, métodos e softwares quantitativos.

Felipe Riccio Schiefler é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorando na mesma área na mesma instituição. Atualmente se encontra na Universidad de la Republica, Uruguai.

Gláucio Dilon Soares possui mestrado em Direito na Tulane University e doutorado em Sociologia pela Washington University in St Louis, EUA. Atualmente é pesquisador sênior Nacional do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

José Roberto Bonifácio Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vem atuando há quase uma década como professor, pesquisador, palestrante e consultor nestas mesmas áreas e em suas correlatas. Tem experiência na área de Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: partidos políticos, eleições, elites políticas regionais, análise institucional e políticas públicas (regulação). Atualmente leciona na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro.

Regina Helena Alves da Silva possui mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. É pós-doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia e pós-doutora em Cidades e Culturas Urbanas pelo Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra. É Professora Associada IV da Universidade Federal de Minas Gerais e atua nos Programas de Pós-Graduação em História e em Comunicação Social. Coordenadora do Centro de Convergência de Novas Mídias e integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para a Web.

Paula Ziviani é pesquisadora do Centro de Convergência de Novas Mídias Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Ciência da Informação pela mesma instituição, linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade. Especialista em Gestão Cultural pelo Centro Universitário UNA, em 2005. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social também da Universidade Federal de Minas Gerais.

Paulo Peres possui mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Vicente Palermo possui doutorado em Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid. É pesquisador principal do Programa de História Política do Instituto de Investigaciones Gino Germani (Universidad de Buenos Aires) e do Arquivo de História Oral da mesma universidade. É também pesquisador do Centro de Investigaciones Políticas.